

PAULO SERGIO LARSON CARSTENS

**AS EQUIPES ROTAM NO CONTEXTO DO 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR:
PAPEL E RELEVÂNCIA NO CUMPRIMENTO DA MISSÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Prof^ª Dr^ª Helena de Fátima Nunes Silva.

Orientador de Conteúdo: Maj PM Airton Sergio Diniz.

CURITIBA

2008

RESUMO

A Constituição Federal instituiu como competência das Polícias Militares, realizar a "polícia ostensiva e a preservação da ordem pública" e, dentro desta atribuição legal, tornou-se necessário avaliar a natureza e importância exercida pela Ronda Tático Motorizada (ROTAM) do 15º Batalhão de Polícia Militar no cumprimento da missão constitucional. Esta pesquisa avalia e estabelece o papel e a relevância das ROTAM na capacidade de resposta e, conseqüentemente, na segurança concreta e subjetiva propiciada pelo 15º BPM, à sociedade circunscrita em sua área de atuação. A pesquisa foi caracterizada como bibliográfica e, pautando-se pela base teórica pertinente, ficou definido o papel desempenhado por esta tropa no 15º BPM, e suas necessidades básicas ao cumprimento da missão, e caracterizada também como documental, cuja análise foi realizada a partir de estatísticas da seção de planejamento do 15º BPM, identificando a relevância da ROTAM no contexto do Batalhão. Das constatações decorrentes desta metodologia, foi possível concluir que, por meio dos atos da competência do Governador do Estado e do Comandante Geral da Corporação, deve-se ampliar o efetivo existente para 96 (noventa e seis) policiais militares, mais 20% de indisponibilidades, transformando o pelotão ROTAM em Companhia, com funcionamento ininterrupto das atividades, que a identificação da relevância desta tropa seja, após estudos em outras Unidades Operacionais, caracterizada como de "prevenção qualificada", que haja um plano metodológico específico para qualificação aos policiais das ROTAM, e ainda, que os equipamentos, armamentos e demais recursos necessários para o cumprimento da missão sejam padronizados.

Palavras-chave: Ronda Tático Motorizada; 15º Batalhão de Polícia Militar; Missão Constitucional.

Abstract

The Federal Constitution has established that it is the duty of the Military Polices to provide "ostensive patrol" as well as the maintenance of the "public order", and, in within this legal task, the evaluation of both the nature and the importance attached to Motorized Tactics Patrol (ROTAM) of the 15° Military Police Battalion constitutional mission. As far as the theme is concerned, the role and relevance of the ROTAM in its capability of response and, consequently, in the subjective and concrete security provided by the 15° Military Police Battalion to the inhabitants comprised in its area have been evaluated and established. The research has been characterized firstly as bibliographical, due to its theoretical basis, which defined the role played by the 15° Military Police Battalion troop, as well as their needs while being on duty. And secondly as documentary, on the grounds that its analysis was based on statistics from the 15° Military Police Battalion planning sector, highlighting the relevance of the ROTAM to the Battalion. Taking into account the aforementioned methodology, it could be concluded that, through actions taken by the State governor and the corporation Chief Commander, a number of changes should be brought about: the current staff should be increased to 96 (ninety six) military policemen, more than twenty percent of unavailabilities, turning the platoon into a "company", holding continuous shifts of activities, the recognition of the relevance of this troop- after studies in other Operational Units have been conducted- characterizing it as qualified prevention, the creation of an specific methodological plan to the qualification of the ROTAM's policemen and the creation of a pattern to the equipment, weapons, and all the necessary material to the accomplishment of the mission.

Key-words: Motorized Tactics Patrol, 15° Military Police Battalion, Constitutional Mission.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO DO 15º BPM.....

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TEMPO NA CADEIA ATÉ OBTER BENEFÍCIO JURÍDICO.....	16
QUADRO 2 – SITUAÇÃO DO EFETIVO DO 15º BPM	38
QUADRO 3 – INDEXADORES PARA CÁLCULO DE EFETIVO.....	39
QUADRO 4 – EFETIVO 15º BPM – SISTEMA NORTE-AMERICANO.....	40
QUADRO 5 – EFETIVO 15º BPM POR CIA – SISTEMA NORTE-AMERICANO....	40
QUADRO 6 – EFETIVO 15º BPM – SISTEMAS POR TIPO DE POLICIAMENTO.....	42
QUADRO 7 – NÚMERO DE ABORDAGENS A SUSPEITOS PELA ROTAM E RPA.....	43
QUADRO 8 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA ROTAM E RPA.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ABORDAGENS A SUSPEITOS PELA ROTAM E RPA.....	44
GRÁFICO 2 – DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.....	46
GRÁFICO 3 – DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS.....	46
GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DE ROLÂNDIA E ARAPONGAS.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS	13
2 LITERATURA PERTINENTE	14
2.1 O AUMENTO DA CRIMINALIDADE	14
2.2 DOCTRINA DE EMPREGO POLICIAL-MILITAR	17
2.2.1 Funções e atribuições de cada componente	18
2.2.2 Gerenciamento de Crises	20
2.2.2.1 Análise conjuntural	20
2.2.2.2 Conceitos e procedimentos básicos na atividade de ROTAM para o gerenciamento de crises Conceituação de crise	22
2.2.2.3 Táticas avançadas de ROTAM em situações de crises	23
2.2.2.4 Alternativas táticas no gerenciamento de crises	23
2.2.2.5 Conceitos táticos	24
2.3 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO, TREINAMENTO E FIXAÇÃO DE EFETIVO PARA AS ROTAM	25
2.3.1 Seleção	25
2.3.1.1 Condicionamento mental	25
2.3.1.2 Condicionamento técnico e tático	27
2.3.1.3 Condicionamento físico	28
2.3.2 Instrução e treinamento	28
2.3.2.1 Parâmetros do treinamento	30
2.3.3 Critérios para fixação de efetivo	31
2.3.3.1 Fixação de efetivo e fatores criminológicos	31
2.3.3.2 Efetivo Operacional e Administrativo – cálculo do efetivo	32
2.3.3.3 Cálculo do efetivo policial militar por tipos de policiamento	34
2.3.3.4 Estudo de Caso para fixação do efetivo ROTAM	35

2.4 ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA PELAS EQUIPES ROTAM NO 15º BPM – ROLÂNDIA PR.....	42
3 METODOLOGIA	48
3.1 CARACTERIZAÇÃO DE PESQUISA.....	48
3.2 COLETA DE DADOS	48
3.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE.....	49
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
5 PROPOSTA.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar tem como competência constitucional realizar “polícia ostensiva e preservação da ordem pública”, conforme estabelece o parágrafo 5º, inciso V, do artigo 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V – Polícias Militares...

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

O desenvolvimento de tal competência se dá pela ação dos diversos órgãos que a compõe, ou seja, a atividade-meio (planejamento e apoio) e atividade-fim (ações e operações policial-militares).

No plano Infraconstitucional, o Decreto 667/69, alterado pelo Decreto 2010/83, previu que compete à PM executar com exclusividade o policiamento ostensivo fardado, assegurando o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

Ainda o Decreto Federal 88.777 vem pormenorizar os decretos supramencionados, fixando conceitos e competências, tipos de policiamento, normas para emprego operacional, dentre outras.

A Polícia Militar desdobra-se no terreno, dividindo-se em Comando Geral e Estado Maior, Diretorias, Comandos Intermediários (CPI, CPC e CCB), e estes se distribuem em Batalhões (de área e especializados) e Companhias Independentes, Companhias, Pelotões e Destacamentos, distribuindo assim, em todo o território paranaense, o seu recurso humano (efetivo) e os recursos materiais, bem como as atividades-meio (administração) e fim (atividade operacional), a fim de realizar as suas competências (missão constitucional) legalmente atribuídas à Instituição.

Neste diapasão, a Polícia Militar realiza, com diversos tipos de policiamento, as suas atividades, tais como: rádio-patrolhamento, atividades de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ambiental, atividades de guarda e escoltas, a patrulha escolar comunitária, atividades de choque (controle de distúrbios civis), atividades de Bombeiros Militares (busca e salvamento, defesa civil). Somado a estas práticas, realiza ainda projetos governamentais, dentre os quais se destacam o POVO

(Policciamento Ostensivo Volante), que visa um contato direto do policiamento com a comunidade, alinhavado com os princípios internacionais de policiamento comunitário, e o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

Dentre esta gama de atividades, no início dos anos 90 iniciou-se, pontualmente, por iniciativa de alguns Comandantes, nas unidades do interior do Estado, frações de tropa com melhor treinamento, melhor armamento e equipamento que as equipes convencionais, efetivo este, selecionado dentre os policiais com melhor perfil operacional, físico, psicológico e voluntários.

O treinamento e o adestramento diferenciado e mais constante, qualificando os policiais da ROTAM para as missões mais complexas, obedecido o sistema de progressão no emprego de força, somado aos melhores equipamentos, armamentos e viaturas disponíveis nestas Organizações Policiais Militares (OPMs), faz com que o emprego específico desta fração ocorra em operações policiais, ações de maior gravidade contra quadrilhas ou bandos armados, organizados e preparados, e ainda em apoio constante às equipes regulares de policiamento ostensivo.

Estas equipes foram primeiramente denominadas de **GOE** (Grupo de Operações Especiais), depois foram rebatizadas de **RONE** (Ronda Ostensiva de Natureza Especial) e atualmente são definidas como **ROTAM** (Ronda Ostensiva Tático Motorizada). Hoje são fundamentais cumprindo um papel relevante no contexto da missão finalística por parte das unidades policiais-militares interiorizadas no que tange a garantir a tranqüilidade da comunidade que ali habita e a segurança dos próprios policiais que levam a efeito o cumprimento de suas missões.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A criminalidade explodiu em nosso país e não poupa nem mesmo as menores cidades. O tráfico de substâncias entorpecentes e de armas, a quase certeza da impunidade impulsionada por diversos fatores, tais como legislação frouxa, judiciário lento, superlotação de cadeias e presídios, desestruturação dos aparelhos policiais pela carência de recursos humanos e meios materiais, fazem com que o crime compense.

A revista *Veja* de 10 Jan 2007, na sua matéria de capa, trata das causas do aumento da criminalidade e dentre os artigos, mais especificamente o de Aith (2007), cita "a impunidade que alimenta o crime", sob alegação de que o Brasil não pune os criminosos, gerando, na certeza da impunidade, o aumento e o incremento da criminalidade.

A finalidade da pena não é outra senão a de impedir que os bandidos cometam novos danos aos cidadãos – e demover outras pessoas de praticar o mesmo crime. Se o condenado estiver apto a reintegrar-se à sociedade após cumprir o seu castigo, melhor. Ressocializá-lo, no entanto, não deve ser a finalidade da pena, mas uma de suas conseqüências. (AITH, 2007, p. 46)

Neste contexto, o 15º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Rolândia, Pr, sofre os reflexos desta realidade nacional e até internacional, com crimes cada vez mais bárbaros, desmotivados, praticados por quadrilhas cada vez mais organizadas, bem armadas e prontas para enfrentamento das forças institucionais do Estado e dos cidadãos de bem.

Assim, a ação desses marginais tem vitimado a sociedade com assaltos a propriedades rurais, roubos a comércios e indústrias, o assalto relâmpago, praticados por criminosos com motocicletas, e até seqüestros, isto sem contar o crescente numero de furtos, tráfico de drogas e outros crimes que repercutem menos no cotidiano das cidades.

A problemática apresentada faz com que pesquisadores se perguntem o que pode ser feito para que a segurança concreta e subjetiva seja levada aos menores recantos interioranos, onde invariavelmente o Estado não prioriza o investimento, preferindo investir nos grandes centros, onde se sabe, a criminalidade é mais acentuada. Preteridos, os centros médios e pequenos acabam tendo índices proporcionais compatíveis com os das grandes cidades e/ou metrópoles.

As perguntas que são feitas:

Qual papel uma tropa qualificada pode desempenhar na melhora da segurança objetiva e subjetiva das populações dos médios e pequenos centros do Estado do Paraná?

Quais os requisitos que o policial deve preencher em termos de poder compor uma tropa desta natureza?

As tropas atuais desempenham papel relevante no contexto da segurança pública fornecida pelas UOPs do interior do Estado?

Todos esses questionamentos podem se resumir em uma única questão de pesquisa, a qual se refere ao tema do presente trabalho de conclusão de curso, que é a seguinte:

Qual é o papel e a relevância da ROTAM no 15º Batalhão de Polícia Militar para o cumprimento da missão da Polícia Militar do Paraná?

1.2 JUSTIFICATIVA

A principal motivação que leva a desenvolver este trabalho é o pleno conhecimento da difícil realidade por que passam as Unidades da Polícia Militar localizadas em médios e pequenos centros em termos de dar resposta aos anseios dessas populações.

Os roubos cada vez mais freqüentes, mais violentos e de difícil solução, praticados por quadrilhas cada vez mais organizadas, em termos pessoais e de armamento e equipamento, fazem com que uma equipe regular de rádio-patrolha seja insuficiente para fazer frente a tal realidade.

As equipes ROTAM, pouco regulamentadas e com pouco reconhecimento por parte dos escalões superiores, são compostas por policiais abnegados, que enfrentam os piores perigos, submetem-se a treinamentos exaustivos, escalas exorbitantes e sem o reconhecimento necessário pela missão que desempenham.

Os equipamentos e armamentos destas equipes são quase os mesmos das tropas regulares, pois não está disponível, como deveria ser, um equipamento, viaturas e armamentos superiores para o enfrentamento ao crime organizado, visando o seu emprego adequado, e resultando em segurança, não só para a população, como para o próprio policial.

A expectativa é que este trabalho possa estampar esta realidade e motivar os investimentos e reconhecimento da relevância das tropas ROTAM no contexto da segurança pública na área de atuação do 15º Batalhão.

Este trabalho se apresenta de suma importância no atual contexto da Segurança Pública, visto que, pela pesquisa, se mostrará a relevância da ROTAM para o comando operacional da área do 15º BPM, com enfoque no papel desempenhado por esta tropa, suas características, doutrina, efetivo, dentre outros,

e, acima de tudo, evidenciando-a como célula qualificada e imprescindível de uma Organização Policial Militar e da Segurança Social.

Nesta conjuntura, mister se faz perpetuar tal atividade, dada sua relevância no contexto operacional do 15º BPM, bem como de outras unidades interiorizadas, e dos benefícios que se traduzem na segurança das pessoas, evitando-se que, no futuro, ações ou medidas de cunho político possam pôr fim a este importante tipo de policiamento.

Outrossim, este trabalho irá nortear outras Organizações Policiais Militares com supedâneo na pesquisa aqui desenvolvida, ancorando outras pesquisas futuras sobre tão importante tipo de policiamento.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é avaliar e estabelecer o papel e a relevância das ROTAM e sua capacidade de resposta e, conseqüentemente, na segurança concreta e subjetiva propiciada pelo 15º Batalhão de Polícia Militar à sociedade circunscrita em sua área de atuação.

Decorrente disto, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) definir o papel e relevância atual das ROTAM, no contexto da missão no 15º Batalhão de Polícia Militar;
- b) avaliar os critérios de seleção, treinamento e de fixação quantitativa do efetivo destas equipes.

2 LITERATURA PERTINENTE

A revisão bibliográfica constitui-se numa abordagem sobre a Segurança Pública, o aumento da criminalidade com ênfase a aumento da criminalidade nos centros menores, a doutrina de emprego da PMPR e seu desdobramento territorial, a relevância neste contexto do emprego das equipes denominadas ROTAM, conhecidas como de "repressão qualificada", no cumprimento da missão.

A Diretriz Nº 006/2004-PM/3 traz em seu bojo a citação de Luis Eduardo Soares ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, que defende a descentralização de forças policiais com repressão qualificadas, conforme ilustra o seguinte capítulo de seu livro:

Repressão qualificada" traduzia para a linguagem técnica o espírito de minha proposta. Viria a se tornar um mote estratégico para todos nós. Claro, uma tropa mais bem armada, mais forte, mais bem treinada e disciplinada, produziria efeitos dissuasórios e alcançaria seus objetivos com relativamente menos efeitos indesejáveis, isto é, ferindo menos, matando menos, ferindo-se menos e morrendo menos, respeitando com mais rigor as regras do jogo legal e democrático. É um engano o que supõe o senso comum, quando associa tropas mais fortes e bem equipadas a um grau mais elevado de violência. O contrário é que é verdadeiro, e a prova é o cotidiano carioca, em que morre tanta gente de todos os lados, há tantos erros, balas perdidas, incursões irresponsáveis, ações policiais inconseqüentes e levianas, para não falar nas execuções, nas chantagens, na brutalidade e nos acordos corruptos. A incompetência e a fragilidade das cadeias de comando, o despreparo e a falta de condições materiais apropriadas são aliados do desvio moral e do desequilíbrio psicológico. (DIRETRIZ Nº 006 apud SOARES, 2004, p. 2)

2.1 O AUMENTO DA CRIMINALIDADE

Os problemas sociais existem, é um fato, e geram criminalidade, é certo. O fracasso da família, o enfraquecimento da religião, a proliferação (popularização) das drogas levam, indubitavelmente, ao aumento significativo da criminalidade. Os menores de idade (menos de 18 anos) praticam crimes não só porque a "legislação é frouxa" e eles têm certeza da impunidade, mas também porque estão nas ruas, expostos aos traficantes, quando deveriam estar nas escolas, praticando esportes, brincando e aprendendo, preparando-se para o futuro.

De fato são filhos de pais desempregados, vivem na miséria das favelas, pela televisão assistem a um mundo consumista onde o ser é menos importante que

o ter, e a oportunidade quem lhes dá é o traficante. Muitas vezes recebem pelo seu trabalho a própria droga de que fazem uso. O crack hoje se proliferou de uma maneira vertiginosa. Viciado em drogas, jogados nas ruas, o que fazem os jovens? Roubam, matam e morrem pela droga.

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, publicado no sítio do órgão na internet, 15% da população economicamente ativa (PEA) está desempregada, o que representa 11,4 milhões de brasileiros. Dos que trabalham, 24,4% sobrevivem com menos de um salário mínimo por mês, sendo que 51,9% ganham, no máximo, dois salários. Somente em São Paulo vivem 1,077 milhão de pessoas em condições subnormais, ou seja, moram em favelas, cortiços ou domicílios improvisados (estes, pelo conceito do IBGE, são quaisquer instalações fixas que não deveriam, em tese, servir de moradia, como prédios em construção, postos de saúde, vagões de trem, buracos, carroças, tendas, grutas etc).

O analfabetismo não é, no Brasil, menos alarmante. Segundo o IBGE, 13,63% da população com mais de 15 anos é ágrafa, enquanto na Argentina esse percentual é de 3%, no Chile, 4%, na Venezuela, 7%, e na Colômbia, 8%. Assim, tomando como base a população acima de 10 anos, tem-se, no Brasil, 17,6 milhões de pessoas analfabetas, sendo que, da população total, 34,7% dos chefes de família não completaram sequer quatro anos de estudo.

Por outro lado, após a ocorrência do crime o aparelho judicial não atende às exigências, cada vez maiores, de um julgamento rápido, eficaz e gerador da certeza da punição aos infratores.

Existe uma corrente ideológica, hoje aparentemente majoritária, que entende que a natureza humana é perfeita e que todos os delitos são produtos de uma sociedade mal estruturada e injusta, sendo os criminosos, portanto, vítimas desta sociedade. A prevalecer essa visão de mundo, a justiça se faria prendendo-se a sociedade e soltando-se os bandidos o que, aliás, é o que ocorre hoje, na prática.

Os homens de bem (sociais) cercam-se de parafernalias (cerca elétrica, guardas, empresas de segurança, carros blindados) buscando um pouco mais de segurança e com isso acabam presos, encarcerados literalmente, enquanto os criminosos (anti-sociais) têm uma enorme gama de direitos que os permite, mesmo praticando os mais graves crimes contra a sociedade (homicídios, seqüestros, assaltos), permanecer soltos, à vontade, praticando cada vez mais crimes.

No fraco debate criminal brasileiro, que reflete nas leis penais e na sua interpretação/aplicação, os presos cumprem apenas um sexto das penas aplicadas e são postos em liberdade. Homicidas, assaltantes e traficantes respondem em liberdade por crimes bárbaros. A Veja apresenta dados como o número de presos por grupo de 100.000 hab., que no Brasil é de 191, inferior aos EUA, México e Rússia, e ainda assim nossas cadeias estão abarrotadas. Temos, portanto presos demais ou cadeias de menos?

Segundo pesquisas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de MG, "73% das vítimas de roubo e 70,8% das de furto, em MG, não acionam a polícia. Em SP estes índices são de 55% e 72% respectivamente". (AITH, 2007, p.47)

Outro dado interessante é a quantificação de tempo, em média que as pessoas ficam na cadeia antes de obter algum benefício que lhes permita ir para casa:

	BRASIL	ESTADOS UNIDOS
HOMICÍDIO	1 ano e meio	12 anos
ROUBO	1 ano e meio	10 anos
TRÁFICO DE DROGAS	3 anos	15 anos
SEQUESTRO	7 anos	10 anos
ESTUPRO	7 anos	11 anos
LATROCÍNIO	7 anos	13 anos

QUADRO 1 – TEMPO NA CADEIA ATÉ OBTER BENEFÍCIO JURÍDICO.

Fonte: (SECCO; LUZ, 2001, p. 92).

O crime está crescendo rapidamente. Os motivos são os mais variados, mas é certo que os criminosos não têm medo de ir para a cadeia, confiam na impunidade. Certo é também que os nossos cárceres são depósitos de presos que não servem a qualquer dos propósitos da pena, são verdadeiras universidades do crime, especializam os criminosos, permitem a criação e funcionamento do crime organizado. Está aí a onda do "disque-sequestro" em todo país, levado a efeito no interior das prisões, para estampar esta realidade. E o que o Estado pode fazer? É preciso refletir, achar soluções, idéias novas e diversas do que hoje se apresenta.

"Não podemos fechar os olhos para a média de 120 mil mortes por causas violentas de pessoas com idade produtiva, de 15 a 65 anos, sendo mais da metade, 50,9%, com idade entre 15 e 29 anos (IPEA). Uma guerra por ano, um absurdo que

ceifa a vida de pessoas que potencialmente gerariam renda, riqueza bem-estar".
(MACIEL)

2.2 DOCTRINA DE EMPREGO POLICIAL-MILITAR

As principais características do 1º esforço são, conseqüentemente, atuação preventiva (proativa) e integração comunitária, atuando dentro da filosofia da Polícia Comunitária.

Como 2º esforço – “primeiro recobrimento da malha protetora” cada subunidade manterá uma força de manobra tático-móvel do Cmt da Cia. (Subárea) de 01 (um) GPM, denominada grupo de ronda tático motorizada (Gp ROTAM). Caracteriza-se por uma atuação dinâmica, na sua área de circunscrição em horários e locais de risco, em manobras táticas sucessivas na subárea, durante o turno, conforme índices de violência e criminalidade, coletados do sistema de controle operacional (SisCOP), donde, fundamentalmente, concilia as modalidades de permanência e patrulhamento, com evidência sempre ao patrulhamento e a ação pro-ativa.

Como 3º esforço – “segundo recobrimento da malha protetora”, cada unidade manterá uma força de manobra tático-móvel, do Cmt. da UOp (Área), de 01 (um) Pel, denominado pelotão de ronda tático motorizada (Pel ROTAM), destinado a realizar operações presença, controle de distúrbios civis, batidas policiais, bloqueios, grandes eventos, patrulhamento motorizado em viaturas, visando ações pró-ativas, etc. Este pelotão é manobrado no recobrimento de vulnerabilidades da malha da área, detectados através de continuados “estudos de situação”. É organizado de modo que o Oficial Subalterno Comandante esteja à frente do pelotão no turno empregado, como Cmt. de Operações da ROTAM da unidade.

O 4º esforço – “considerado o terceiro recobrimento da malha protetora”, consiste no lançamento das subunidades, pelotões ou frações constituídas de acordo com a disponibilidade das UOp: policiamento feminino, montado, trânsito, guarda. Estes recobrirão, respectivamente com policiamento a pé e motorizado, montado e suplementado por cães, os locais mais sensíveis à delinqüência ou assumindo as missões específicas. Este esforço executará também eventos especiais, escolta de valores e de presos, devendo ser apoiado pelo emprego do

pessoal da atividade meio das Unidades e de alunos de escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento, quando for o caso.

O 5º esforço – “considerado o quarto recobrimento da malha protetora” consiste em manter efetivo operacional abrangendo a princípio a Capital e Região Metropolitana, ECD (Em Condições De), dar resposta em situações normais e extraordinárias, atuando de forma eficiente, eficaz e efetiva, sobre a criminalidade violenta e crime organizado, através de uma força de manobra tático-móvel, executada pela Companhia de Polícia de Choque, reserva tática do Comandante-Geral, denominada Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE).

2.2.1 Funções e atribuições de cada componente ROTAM

Alicerçado nas Normas Gerais de Ação (NGA) das Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), ligadas à Companhia de Polícia de Choque (CiaPCh) de Curitiba, conforme Teixeira (1997), a RONE é uma tropa especialmente treinada e preparada para o combate a criminalidade violenta, atendendo ocorrências de vulto como crises em estabelecimentos prisionais, roubos executados por quadrilhas, latrocínios, extorsões mediante seqüestro e tráfico de entorpecentes.

Viaturas de médio porte, compostas por guarnições com 04 (quatro) ou 05 (cinco) policiais militares comandadas por graduados, que estão diretamente subordinados ao oficial comandante do Pelotão.

Seus armamentos e equipamentos específicos, uniforme camuflado, propiciam melhores condições de progressão, tanto no ambiente urbano como no rural. O objetivo principal é a forte capacidade de ação e reação na prevenção e repressão ao crime, principalmente por meio das abordagens e busca pessoal.

Após este breve discorrer, há que se dizer que, aportado nesta NGA, constam divisões no trabalho e responsabilidades de cada policial-militar. Assim como a maneira de distribuição é considerada a ideal para os demais grupos especializados da PMPR, não poderia deixar de lado as ROTAMs, por isso, o trabalho se dá da maneira mostrada a seguir:

O 1º Homem (Cmt Equipe) – Sgt. ou Subten. Deve dar dinâmica ao serviço da equipe, tendo qualidades de gerenciador, coordenando, disciplinando,

fiscalizando e solucionando problemas, sendo também o canal entre a equipe e seus superiores, facilitando dessa forma a execução das determinações.

O 2º Homem (Motorista) – Cb. ou Sd. Terá as seguintes atribuições: providenciar a manutenção e a limpeza completa da Vtr; respeitar a Legislação de trânsito e as regras de direção defensiva; cientificar ao comandante da equipe dos lemas apresentados pela viatura e com o intuito de agilizar os deslocamentos deverá sempre procurar se atualizar quanto ao conhecimento do local de atuação (vias principais, pronto-socorros, delegacias de polícia civil e federal, bem como, pontos referenciais).

O 3º Homem (segurança) deverá ser um Cb. ou Sd. antigo com as atribuições de auxiliar na coordenação e fiscalização dos atos do 4º homem, o qual será apresentado a seguir. Também terá a missão de coordenar toda a equipagem (armamento, munições, e equipamentos operacionais) da Vtr, e, ao final do serviço deverá verificar a descarga do material.

O 4º Homem (Segurança-anotador) segundo a doutrina será ocupado por um Cb. ou Sd. com menos experiência tendo como atribuições: providenciar toda a escrituração básica de patrulhamento; localizar logradouros no Guia da Cidade e a indicação do itinerário, em caso de necessidade; anotar todos os dados necessários de ocorrências atendidas (local/horário, apoio, placas de veículos furtados e roubados e todos os dados interessantes para integrar o B.O.); e ainda, auxiliar todos os componentes da Equipe em relação às condições da viatura e dos materiais utilizados no serviço.

2.2.2 Gerenciamento de crises

É fundamental a capacidade operativa de cada OPM em realizar as primeiras providências em caso de crises e as maneiras de gerenciá-las.

De uma maneira geral, uma crise é uma situação inusitada, que ameaça metas de alta prioridade do nível decisório e que restringe a quantidade de tempo disponível para a tomada de decisão. Uma crise pode surgir de uma emergência grave e pode manifestar-se de diferentes formas, como: incêndio, inundações, terremotos, acidentes graves, motins em presídios, extorsão criminosa, atos de

terror etc.

Consoante ao conceito instituído pelo FBI (Federal Bureau of Investigation), e adotado atualmente pela PMPR e outras instituições policiais do país, crise é: “um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da POLÍCIA, a fim de assegurar uma solução aceitável”.

No que diz respeito ao Gerenciamento de Crises, propriamente dito, a conceituação acolhida é a seguinte: “é o processo eficaz de identificar, obter e aplicar em conformidade com a legislação vigente, as medidas estratégicas adequadas para a resolução do evento crucial, a fim de preservar a vida e a integridade física dos envolvidos, a aplicação da lei e o restabelecimento da ordem pública”.

2.2.2.1 Análise conjuntural

A violência, sobretudo nos grandes centros, ocupa o nosso cotidiano. Influencia o comportamento, dado ser tão ameaçadora, gerando um profundo sentimento de insegurança. Em face da violência acontecem os crimes graves, praticados por quadrilhas e indivíduos armados e, em face da rápida ação da polícia, flagrando o criminoso ainda no local do crime, gera-se a crise.

As crises ocorrem de maneira imprevisível, com ameaça à vida, compressão de tempo e necessidade de postura organizacional não rotineira e de planejamento, execução e considerações legais especiais, em que o uso da força letal será o último recurso, devendo-se sempre buscar a solução negociada.

Toda crise tem como característica a imprevisibilidade, a compressão do tempo e a ameaça à vida, possuindo uma seqüência de objetivos fundamentais que devem necessariamente ser aplicados pelo Gerenciador da Crise (GC), obedecendo a seguinte ordem de encadeamento da ação, quais sejam: preservar vidas, aplicar a lei, restabelecer a ordem.

O GC, frente ao colapso, deve adotar medidas diferenciadas diante das necessidades, como a de postura organizacional não rotineira; de planejamento analítico especial, não se esquecendo de fazer junto a seu Estado Maior pesquisa e considerações legais especiais quanto ao resultado da ação, seja ela negociada ou tática.

Crítérios adotados para a ação carecem considerar a necessidade (verificar as conseqüências da ação e a oportunidade de execução); a validade do risco (avaliar se o risco é compensado pelo resultado) e a aceitabilidade (consiste na avaliação da solução sob o aspecto legal, moral e ético).

Instalada a crise, deve-se tomar medidas para controle e condução. Primeiramente, deve-se contê-la (evitar que a crise se alastre e aumente o grau de risco), em seguida isolar (delimitar os perímetros de segurança, permitindo maior controle) e, finalmente, iniciar as negociações.

Em tempos passados, as resoluções das crises se calcavam principalmente no empirismo, como narra Salignac (2006):

O gerenciamento de crises vinha sendo realizado de forma casuística, confiado que estava à notória capacidade de improvisação, ao chamado "bom senso", ao "jeitinho" ou à habilidade individual do Policial encarregado de solucionar as situações de crise – eventos cuja ocorrência era pouco mais que episódica dentro da realidade criminal brasileira.

As causas desse comportamento improvisado não cabem ser aqui analisadas. Contudo, observa-se que, dado o atual estágio de evolução da criminalidade no país, quando as estatísticas registram em todo o território nacional a ocorrência quase cotidiana de rebeliões em estabelecimentos prisionais e de captura de pessoas, torna-se cada vez mais temerária a inexistência de sistematização e de conseqüente postura amadorística no trato desse assunto. (SALIGNAC, 2006, p.12)

Observa-se que, diante do progresso da criminalidade vista no país, principalmente no que diz respeito a crises de grandes proporções, considerando as costumeiras rebeliões em presídios, captura de pessoas inocentes como reféns, etc., torna-se cada vez mais temerária a inexistência de sistematização e de conseqüente postura amadorística no trato desse assunto.

A consolidação do regime de plenitude democrática, pós Constituição Federal de 1988, faz prevalecer entre os criminosos a confiança de que a democracia lhes assegura um tratamento humano por parte da polícia, no caso de malogro de suas investidas criminosas – sejam elas quais forem.

Frente tal demanda, o delegado federal afirma:

Isso acarretou um sensível aumento (quantitativo e qualitativo) das situações de crise e uma amplificação considerável de sua periculosidade, os indicadores de tendências, tanto no Brasil como no resto do mundo, indicando claramente que, no futuro, tal quadro tende a recrudescer, exigindo, portanto, que as organizações policiais se

preparem adequadamente para enfrentar tal realidade.
(SALIGNAC, 2006, p.13)

2.2.2.2 Conceitos e procedimentos básicos na atividade de ROTAM para o gerenciamento de crises

Equipe de ROTAM - assim denominada, pois todos têm função definida e não atuam de maneira isolada.

A doutrina traduz-se em um conjunto de princípios que servem de base a um sistema filosófico, científico. É empregada porque funciona no patrulhamento tático. Não é um regulamento, mas parte da aceitação de todos, já que aumenta a segurança, produtividade, qualidade de serviço, credibilidade perante o público interno e externo, e faz elevar a auto-estima do policial.

No caso de gerenciamento de crises, todos os procedimentos operacionais adotados pela ROTAM serão mais bem aplicados à medida que seus princípios são internalizados, tornando-se assim doutrinários, pois as regras que mais funcionam são fiscalizadas pelos próprios companheiros do mesmo círculo funcional. Elas não devem ser tratadas como mero capricho, pois fazem parte dos princípios do policiamento ostensivo, trazendo maior segurança aos patrulheiros, aumentando a sua eficácia e eficiência, conseqüentemente, maior produtividade, que ocasiona mais credibilidade à instituição e seus componentes.

2.2.2.3 Táticas avançadas de ROTAM em situações de crise

O emprego de frações especializadas da polícia para ocorrências de gravidade é uma tendência mundial que abrange todos os países. Os anos 1970 foram um marco no emprego dessas frações em eventos trágicos e expuseram ao mundo o despreparo dos organismos policiais para lidar com situações cruciais não rotineiras.

Atualmente nenhuma organização policial pode prescindir da especialização de parcela de seu efetivo (ROTAM no âmbito de Batalhões), sob pena de envolver-

se em situações com soluções inaceitáveis e que denigram a imagem da polícia e de seus integrantes.

O sucesso das missões está baseado no correto emprego de equipamentos, técnicas e táticas pela equipe ROTAM.

2.2.2.4 Alternativas táticas no gerenciamento de crises

A intervenção de ROTAM deve ser escalonada de acordo com o grau de risco presente, na seguinte conformidade:

- a) negociação – a solução negociada deve ser buscada constantemente, visando um resultado pacífico e aceitável;
- b) agentes químicos – o emprego de meios não letais será empregado quando a negociação não surtir efeito, e estando presentes as condições que permitam tal emprego;
- c) “sniper” – o emprego de atiradores de precisão é alternativa compatível com situações táticas que permitam a neutralização dos causadores do evento, estando presente a ameaça à vida das vítimas envolvidas;
- d) assalto – é a última alternativa a ser empregada e devidamente planejada, visto o perigo a todos os envolvidos, policiais, vítimas e agressores. Não basta considerar a ameaça à vida para desencadear o assalto. É necessária a obtenção de informações que permitam compreender o que realmente ocorre no local do evento, evitando-se resultados desastrosos.

2.2.2.5 Conceitos táticos

Na atividade específica de ações táticas alguns conceitos devem ser observados para garantir o sucesso das missões. São eles:

Perigo Imediato - Na atividade de ações táticas, é considerado perigo imediato o indivíduo ou local de onde possa partir uma agressão. Dentro deste

princípio, no entanto, é preciso estabelecer e saber reconhecer níveis de perigo ou agressão; assim sendo, um indivíduo armado com uma faca a dois metros de distância representa um perigo maior que outro armado com uma pistola e posicionado a dez metros. Por isso é importante a identificação do perigo para que o policial possa decidir para onde ir e o que fazer.

Durante o desempenho da missão ou durante o patrulhamento, especial atenção deve ser dada às mãos dos causadores do evento, pois delas partirão possíveis agressões.

Além do adequado reconhecimento dos perigos, é imprescindível o reconhecimento tático do momento em que se poderá utilizar a força letal. Para que isso ocorra é necessário observar o seguinte:

- a) habilidade – compreendem os meios físicos que capacitam o causador do evento crítico (CEC) a causar agressão letal aos Policiais ou à vítima/refém, como armas, facas ou até sua capacidade corporal, não incluindo somente estes itens, mas também as condições de emprego dos mesmos;
- b) oportunidade – compreende o potencial do causador do evento em usar sua habilidade naquele momento de agressão letal;
- c) perigo – é a constatação da intenção de agressão do causador do evento contra o policial e as vítimas, com habilidade e oportunidade.

Postura Tática - É a postura corporal do Policial em situações de risco, estando em condições de oferecer resposta imediata a uma agressão física.

Atualmente, a postura tática mais recomendada tem sido a posição SAS (oriunda do Special Air Service, unidade especial do exército inglês). Esta posição baseia-se no princípio de uma posição natural de expectativa e deslocamento corporal, preparado para a ação.

2.3 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO, TREINAMENTO E FIXAÇÃO DE EFETIVO PARA AS ROTAM.

A seleção, o treinamento e a fixação do efetivo demandam a sensatez necessária para formar, treinar e manter determinados grupos de atuação especial, na área de segurança pública, especialmente no que respeita à ROTAM, assim

como demanda sabedoria e senso de humanidade para avaliar as virtudes salutares de um policial militar.

2.3.1 Seleção

A composição de um segmento dessa natureza, com as peculiaridades atinentes à maneira de emprego, disciplina, postura, compostura e comprometimento, demanda a observância de inúmeros critérios, cujo objetivo está alicerçado na necessidade específica de se adequar o policial às características da atividade desenvolvida pela Ronda Tático Motorizada – ROTAM.

A ROTAM, especialmente as interiorizadas, objeto deste trabalho, é tropa reserva do Comando das Unidades Interiorizadas e está adstrita à realização e cumprimento de missões adequadas à sua natureza.

Nesse contexto, a escolha dos policiais militares para compor os grupos e/ou equipes ROTAM passa pela necessidade da avaliação do condicionamento mental, técnico, tático e físico.

2.3.1.1 Condicionamento mental

Os policiais militares, para compor uma equipe ROTAM, devem ser, necessária e primeiramente, voluntários.

Monteiro (2000), com bastante propriedade e acerto, asseverou sobre o tema o que segue:

(...) o recrutamento é feito na base do **voluntariado**, sendo a escolha pautada na conduta, na coragem e na experiência do candidato em situações de crise;

(...) Os policiais que integram tais grupos, por correrem elevados riscos e estarem sujeitos a assumir o compromisso de matar, necessitam ser recrutados voluntariamente e, ao passarem a integrar o grupo, deverão se submeter irrestritamente aos seus princípios, sob pena de imediata e sumária exclusão. (MONTEIRO, 2000, p. 79)

O voluntariado é condição primeira para que se inicie uma avaliação das condições de um policial militar (masculino ou feminino) visando a incorporação do mesmo a uma equipe ROTAM.

As adversidades e as agruras a que estarão sujeitos esses policiais militares, notadamente em ações de risco, cuja escassez de descanso e de comodidade serão realidades freqüentes, somente são absorvidas e superadas por policiais militares que se dispuserem voluntariamente para a missão de ser um integrante de uma equipe ROTAM.

Do contrário, diante das menores exposições ao desconforto e ao estresse das condições de trabalho, o ânimo do policial militar sem o perfil de um operador tático de Rondas Tático Motorizadas será corroído.

É fator essencial que Monteiro (2000), ainda sobre o tema voluntariado, deixou consignado:

O voluntariado é também erigido à condição de um fundamento ético, o que significa que nenhum policial poderá ser coagido, pressionado ou induzido a permanecer no grupo. Não importa o quanto a organização policial tenha investido no seu treinamento, se ele quiser ser desligado, não se o deve impedir. (MONTEIRO, 2000, p. 83)

Ainda com base no que Monteiro (2000) asseverou, o voluntariado é um fundamento ético de um grupo de natureza especial.

O condicionamento mental, pois, encontra bastante alicerce no voluntariado, mas não somente neste requisito, uma vez que ser voluntário, apenas, não resta suficiente para suportar algumas condições que se apresentarão em determinadas ocasiões operacionais.

Desta forma, a maleabilidade emocional e a tolerância, assim como a sabedoria para ser um homem paciente e sensato, são virtudes importantes e necessárias, e a truculência e a arbitrariedade não encontram espaço no rol de virtudes de um policial militar integrante de ROTAM.

Não significa que o vigorismo das ações, o rigor na aplicação da lei e a energia na execução dos procedimentos devam ser deixados em segundo plano, muito pelo contrário, o padrão de conduta de um policial militar de ROTAM deve estar alicerçado não na violência arbitrária, mas sobretudo, como dito e importa que seja repetido, no vigorismo das ações, no rigor na aplicação da lei e na energia na execução dos procedimentos policiais.

2.3.1.2 Condicionamento técnico e tático

O condicionamento técnico e tático será alcançado com uma rotina de treinamento, priorizando o aperfeiçoamento da destreza operacional na execução das diversas missões a que estará sujeita uma equipe ROTAM.

A execução das ações policiais militares no dia-a-dia operacional requer habilidades técnicas e táticas que vão distinguir um policial militar de ROTAM de um policial militar que executa funções de outra natureza, notadamente no que respeita à compressão de tempo para agir em situações de confronto armado. Nessas ocasiões as táticas policiais serão preponderantes no sucesso ou fracasso da ação.

Há muita gente querendo ser especial, usar uniforme diferente, viaturas com adesivos peculiares (cobra / águia / onça / entre outros), mas poucos se interessam em realizar as missões simples, aquelas que realmente vão fazer a diferença na resolução das ocorrências policiais militares e, em que pese a gravidade do ocorrido, são as ações táticas simples que salvam vidas.

Por isso o treinamento intensivo, mais específico e descomplicado, será o diferencial na formação de um policial militar integrante de ROTAM.

Sobre a simplicidade e a necessidade de constância no treinamento, Monteiro (2000), citando o que foi dito pelo Delegado de Polícia Federal, Daniel Gomes Sampaio, chefe do COT – Comando de Operações Táticas – à época, asseverou que “o COT não tem homens especiais, o que ele possui são homens com treinamento especial” (MONTEIRO, 2000, p.84).

Por isso e tudo o que foi explicitado até aqui, o condicionamento técnico e tático são virtudes e condições indispensáveis para compor uma equipe dessa natureza, sem os quais se estará arriscando vidas – do policial militar despreparado, de seus companheiros de equipe e de outras pessoas.

2.3.1.3 Condicionamento físico

Há muito está deixando de ser tratado como prioridade na preparação do policial militar, assim como, e principalmente, na atualização profissional e instruções de manutenção.

Os motivos são vários e não serão discutidos neste trabalho.

No que diz respeito ao policial militar integrante de ROTAM, o condicionamento físico é importante e fator determinante para algumas ações ou reações do policial militar durante a execução das atividades básicas do dia-a-dia operacional.

Se o condicionamento físico é importante na execução das atividades que, em tese, não são tão arriscadas como as de ROTAM, certamente será, e é, na preparação do policial militar de ROTAM.

2.3.2 Instrução e treinamento

Algumas considerações já foram feitas a respeito da necessidade da instrução e do treinamento constantes, todavia tratar desse assunto é necessário em tópico específico, como será feito adiante.

Vários são os fatores que estão levando as Unidades Operacionais a deixarem de priorizar as instruções de manutenção do efetivo policial militar. A necessidade é visível, seja no porte físico de alguns policiais militares patrulhando as ruas, seja nos erros de procedimento durante as ações policiais militares em ocorrências de risco.

Os erros fatais, fruto do pouco preparo, podem ser exemplificados num quantitativo de dez, conforme segue:

- a) Falta de conhecimento;
- b) Ignorar o perigo;
- c) Não realizar a busca ou realizá-la de forma imprópria;
- d) Falha no olhar das mãos do suspeito;
- e) Algemar de forma imprópria;
- f) Relaxar cedo demais;
- g) Previsões falsas;
- h) Coragem que leva ao túmulo;
- i) Dormir ou ficar sonolento no serviço.

Há ainda a desvalorização das coberturas e abrigos, durante um confronto armado, e a ignorância das vantagens da aplicação das táticas policiais, as quais reduzem o número de policiais mortos, feridos ou traumatizados, reduzem o número

de inocentes mortos e feridos, o número de delinqüentes mortos e feridos, o número de policiais processados judicialmente e reduzem, também, o desgaste da Instituição.

São erros que podem ser evitados com instruções periódicas e com planejamento estratégico para o emprego dos meios operacionais

A utilização da força, por exemplo, deve seguir uma escala progressiva, onde o disparo de arma de fogo está em último lugar, o que, é claro, não impede que seja utilizado de pronto, mas que se observa tomado como primeira e única alternativa de resolução do confronto.

O desconhecimento das técnicas e táticas é a principal causa dos erros.

Os erros primários são fatais e um de seus fatores causadores é a rotina. A principal inimiga do policial militar. Deve ser combatida através de instruções e treinamentos constantes, tudo direcionado para a prática policial diária, com objetividade e clareza, seja através de estudos de caso e/ou treinamento repetitivo de procedimentos policiais básicos voltados para as ações em confrontos armados.

O manuseio de armas de fogo de porte ou portátil é deficiente. O conhecimento jurídico é precário, gerando insegurança e inversão da escala do uso progressivo da força em ocorrências policiais militares.

Rotina, pois, combate-se com instrução e treinamento constantes, contudo a fadiga natural do serviço diário não pode se somar a uma instrução despropositada e sem o devido planejamento.

Em se falando de ROTAM, mais do que outros segmentos policiais, deve-se priorizar a instrução tática e técnica destinada ao condicionamento na execução dos procedimentos policiais básicos, que vão desde uma abordagem de um indivíduo suspeito a pé, de um bloqueio de via a uma progressão para adentramento em uma edificação onde estão homiziados marginais armados e foragidos da justiça.

Um efetivo bem treinado, condicionado e sabedor de seu mister, certamente, com muito mais probabilidade, obterá sucesso nas ações policiais ordinárias e extraordinárias. Treina-se esperando o pior, de modo que nas adversidades menores, em tese, o resultado positivo será mais fácil.

E ainda, parafraseando o que foi dito por algum policial e repetido por vários, o suor derramado no treinamento poupa o sangue na ação real.

2.3.2.1 Parâmetros do treinamento¹

Os efetivos ROTAM deverão estar em constante e permanente treinamento, com o foco na qualidade da prestação de serviços, buscando sempre a eficiência, eficácia e a efetividade, as quais, certamente, trarão uma melhor qualidade de vida à comunidade das áreas de circunscrição onde atuarão. Conseqüentemente haverá reflexos na redução do crime e do medo do crime, e principalmente na redução da violência, inclusive da praticada por policiais militares.

As RONE (Ronda Ostensiva de Natureza Especial), o Pel ROTAM (Pelotão de Ronda Tático Motorizada) e o Gp ROTAM (Grupo de Ronda Tático Motorizada), “*não devem*” treinar seus efetivos, em ações e táticas de operações especiais, mas sim ser submetidos constantemente a instruções e treinamentos sobre Polícia Comunitária, como também devem ter conhecimentos básicos de proteção, socorro e resgate de reféns, para eventuais assaltos de emergências.

Na primeira fase, o treinamento será desenvolvido pelo Sistema de Ensino da PMPR, em conjunto com a Coordenação de Implementação da Filosofia de Polícia Comunitária e deverá abranger:

- a) Sociologia do Crime e da Violência;
- b) Direitos Humanos;
- c) Mediação de Conflitos;
- d) Tiro e Abordagem (Padrão Cruz Vermelha);
- e) Defesa Pessoal;
- f) Polícia Comunitária;
- g) Saúde Psicológica;
- h) Noções Iniciais no Gerenciamento de Crises (Conter, Isolar e Negociar).

¹ DIRETRIZ N.º 006/2004-PM/3

2.3.3 Critérios para fixação de efetivo

Não pode a polícia desincumbir-se, satisfatoriamente, de suas funções de prevenção e proteção do corpo social se não dispõe de meios suficientes e perfeitamente adequados às suas diversificadas necessidades.

Também, não é preciso salientar que a polícia necessita, a um tempo, de um pessoal experimentado e qualificado, como também suficientemente numeroso, para fazer face a seus múltiplos encargos. Ora, enquanto a população aumenta e se acumula mais nos centros urbanos, e os crimes e contravenções não cessam de acusar uma curva ascendente, não só não se ampliaram os efetivos policiais, como até, paradoxal e deploravelmente, têm sofrido redução.

É este o diagnóstico dos efetivos policiais militares no Brasil, onde não se registram critérios plenamente definidos e aceitos por todos para sua fixação. Nos Estados os critérios são os mais variados, sendo o número de policiais militares determinado de forma aleatória, sem metodologia ou teoria que sustente a aplicação.

2.3.3.1 Fixação do efetivo e fatores criminológicos

Conforto (1998) aponta os seguintes fatores criminológicos que implicam na ampliação ou redução de efetivos nas localidades portuária, de fronteira, de jogos e diversões, de população flutuante e de baixa renda per capita.

As localidades portuárias são os aglomerados humanos localizados às margens dos oceanos, mares, rios ou lagos e que têm portos ou atracadouros de embarcações. Face ao movimento de pessoas, chegada e saída de embarcações, muitas vezes com prolongada permanência dos tripulantes e viajantes, aliados ao choque de culturas, há um aumento de criminalidade.

As localidades de fronteira determinam um permanente contato entre dois ou mais povos com culturas e hábitos diferentes, além de interesses diversos que provocam um aumento de criminalidade.

As localidades de população flutuante caracterizam-se por suas peculiaridades, fazendo atrair, por razões industriais, culturais, comerciais,

profissionais ou outros motivos, considerável movimento permanente de pessoas estranhas àquela comunidade, com permanência efêmera, mas com instalações periódicas e renovadas de contingentes humanos que contribuem para o aumento da criminalidade

As localidades de jogos e diversões são normalmente áreas de centros turísticos, onde as diversões são contínuas e de grande extensão, principalmente noturnas. Nestes locais existe um fluxo grande de pessoas das mais diversificadas culturas e interesses.

As localidades de baixa renda per capita determinam também um aumento de criminalidade, pois os mais pobres, provocados pelo desnível social, são levados à inveja e à revolta, conduzindo os mais fracos à delinquência. (CONFORTO, 1998, p. 42)

Nestes fatores criminológicos, são considerados os movimentos de maior número de pessoas com o intuito de criminalidade; com a semente do crime, elas carregam em potencial a maior possibilidade de delinquir, tais como: toxicômanos, prostitutas, homossexuais, boêmios, alcoólatras, viciados, agiotas, agitadores, vadios etc.

Com base nos fatores criminológicos, acresce-se, no sistema policial, uma fração correspondente a 0,2 (dois décimos) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem um fator criminológico, 0,4 (quatro décimos) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem dois fatores criminológicos, e assim sucessivamente, até o acréscimo, de 1 (um) policial por 1.000 (mil) habitantes, correspondente a um máximo de 5 (cinco) fatores criminológicos.

2.3.3.2 Efetivo operacional e administrativo - cálculo do efetivo

Considerando que o sistema padrão na maioria das Unidades Operacionais da PMPR consiste no emprego de 80% do efetivo na atividade operacional e o restante, 20%, é dividido entre efetivo administrativo, cursos, férias, licenças, constata-se que, de cada 1,5 policial por mil habitantes, 1,2 estariam sendo aplicados na atividade operacional.

Partindo de uma realidade isenta de fatores criminológicos, tem-se 1,2 (um vírgula dois) por mil habitantes. Para uma localidade com cinco fatores

criminológicos, chega-se ao teto de 2,2 (dois vírgula dois) policiais por 1.000 (mil) habitantes, tomando-se por premissa o aumento de 0,2 (dois décimos) policial por 1.000 habitantes para cada fator criminológico.

Ou seja, o efetivo necessário ao policiamento ostensivo (E) resultaria do seguinte cálculo:

$$E = \frac{(1,2 + 0,2 N) H}{1000}$$

“N” representa a quantidade de fatores criminológicos e “H” representa a população (nº de habitantes).

A título de ilustração, considerando-se hipoteticamente que a PMPR venha a criar um batalhão na Área X, que tem uma população de 300.000 (trezentos mil habitantes), com dois fatores criminológicos - (área de fronteira e população flutuante).

Neste contexto tem-se:

O efetivo mínimo é de 1,2 PM para cada 1.000 habitantes.

Dois fatores criminológicos = $2 \times 0,2 = 0,4$

Então o efetivo mínimo para cada mil habitantes será de $1,2 + 0,4 = 1,6$ Policiais Militares para cada mil habitantes.

Aplicando a fórmula do cálculo do efetivo, tem-se:

$$E = \frac{(1,2 + 0,2 \times 2) \times 300.000}{1.000} = 480 \text{ Policiais Militares}$$

A este total deve-se acrescentar 20% de efetivo administrativo + férias, licenças e outros, resultando:

$$\text{Efetivo Total} = 480 + 96 = 576 \text{ Policiais Militares}$$

Este seria o efetivo necessário para operacionalizar um BPM, em uma área com 300.000 habitantes e dois fatores criminológicos.

Nos batalhões onde houver serviço de guarda de estabelecimento penal, deve-se ainda prever um efetivo de 10 (dez) policiais por posto (P).

Então, nos BPM onde esta atividade for realizada, a fórmula para cálculo do efetivo será:

$$E = \frac{(1,2+0,2N) H}{1.000} + 10P$$

2.3.3.3 Cálculo do efetivo policial militar por “tipos de policiamento”

Conforme Valla apud Aymoré (1999, p. 58), o efetivo pode ser calculado por tipos de policiamento, a saber:

- a) **Policiamento Ostensivo Geral:** visa satisfazer as necessidades basilares de segurança, inerentes a qualquer comunidade ou a qualquer cidadão. Compete a este policiamento a realização de todos os tipos de atividades afetas à polícia ostensiva. Como regra geral, são de competência deste tipo de policiamento o policiamento a pé, policiamento radiomotorizado (radiopatrulha), policiamento em bases fixas (postos, estações...), policiamento em zonas rurais, policiamento em eventos especiais (jogos de futebol, movimentos sociais, shows artísticos, eventos carnavalescos...), atendimento de solicitações da comunidade, através do telefone de emergência 190, policiamento em estabelecimentos de ensino;
- b) **Radiopatrulhamento:** tem como indicador 1 (uma) viatura para cada 15.000 habitantes, no entanto, cada município, mesmo com população menor que 15.000 habitantes, deverá ter uma radiopatrulha. Para cada viatura deve-se considerar uma guarnição composta por 08 Policiais Militares, estando incluso neste efetivo 1 (um) sargento responsável pelo comando da guarnição;
- c) **Trânsito Urbano:** 1 (um) Policial Militar para cada 500 (quinhentos) veículos licenciados na localidade;

- d) **ROTAM (Ronda Tático Motorizada): 1 (uma) viatura para cada 45.000 habitantes. Por viatura, deverá ser considerado um efetivo composto por 4 (quatro) Sargentos comandantes das equipes e mais 12 (doze) policiais Cabos e/ou Soldados;**
- e) Patrulha Escolar: 04 (quatro) policiais trabalhando em dois turnos de serviço (07 horas às 15 horas e das 15 horas às 23 horas) para cada 08 (oito) Colégios. Municípios com menos de 04 (quatro) Colégios deverão ter, no mínimo 2 (dois) Policiais Militares para Patrulha Escolar;
- f) Projeto Povo: considera-se um efetivo de 16 (dezesesseis) Policiais Militares para 1 (uma) viatura auto e 2 (duas) motos;
- g) Patrulha Rural: 1 (uma) viatura traçada 4x4 a cada 1.000 km², devendo-se considerar o mesmo efetivo da ROTAM por viatura, ou seja, 4 (quatro) Sargentos comandantes das equipes, mais 12 (doze) Policiais Cabos e/ou Soldados;
- h) Guarda Externa de Estabelecimentos Prisionais: 08 (oito) PM por posto de guarda.

Com essas definições de efetivos por tipos de policiamento, tem-se de forma mais concreta e adequada um método adaptável à nossa realidade social.

2.3.3.4 Estudo de caso para fixação do efetivo ROTAM

O estudo de caso foi realizado por Carstens (2007), no 15º Batalhão de Polícia Militar (BPM) sediado em Rolândia – PR.

O 15º BPM foi criado pelo Decreto Estadual n.º 5504, de 08 de maio de 1985, do então Governador José Richa.

Além de um Estado Maior e um Pelotão de Comando e Serviços (PCS), o 15º BPM compreende em sua área circunscricional 17 (dezesete) Municípios divididos em 3 (três) Companhias Policiais Militares, sendo estas assim constituídas:

- a) 1ª. Cia, com sede no Município de Rolândia, abrangendo Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Prado Ferreira;

- b) 2ª. Cia, com sede em Porecatu, abrangendo os municípios de Lupionópolis, Centenário do Sul, Florestópolis, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertanópolis e Cafeara, sendo que este último deixou de pertencer ao 4º BPM e foi agregado à área do 15º BPM em 2003;
- c) 3ª. Companhia, com sede em Arapongas, abrangendo, também, Sabáudia e Pitangueiras.

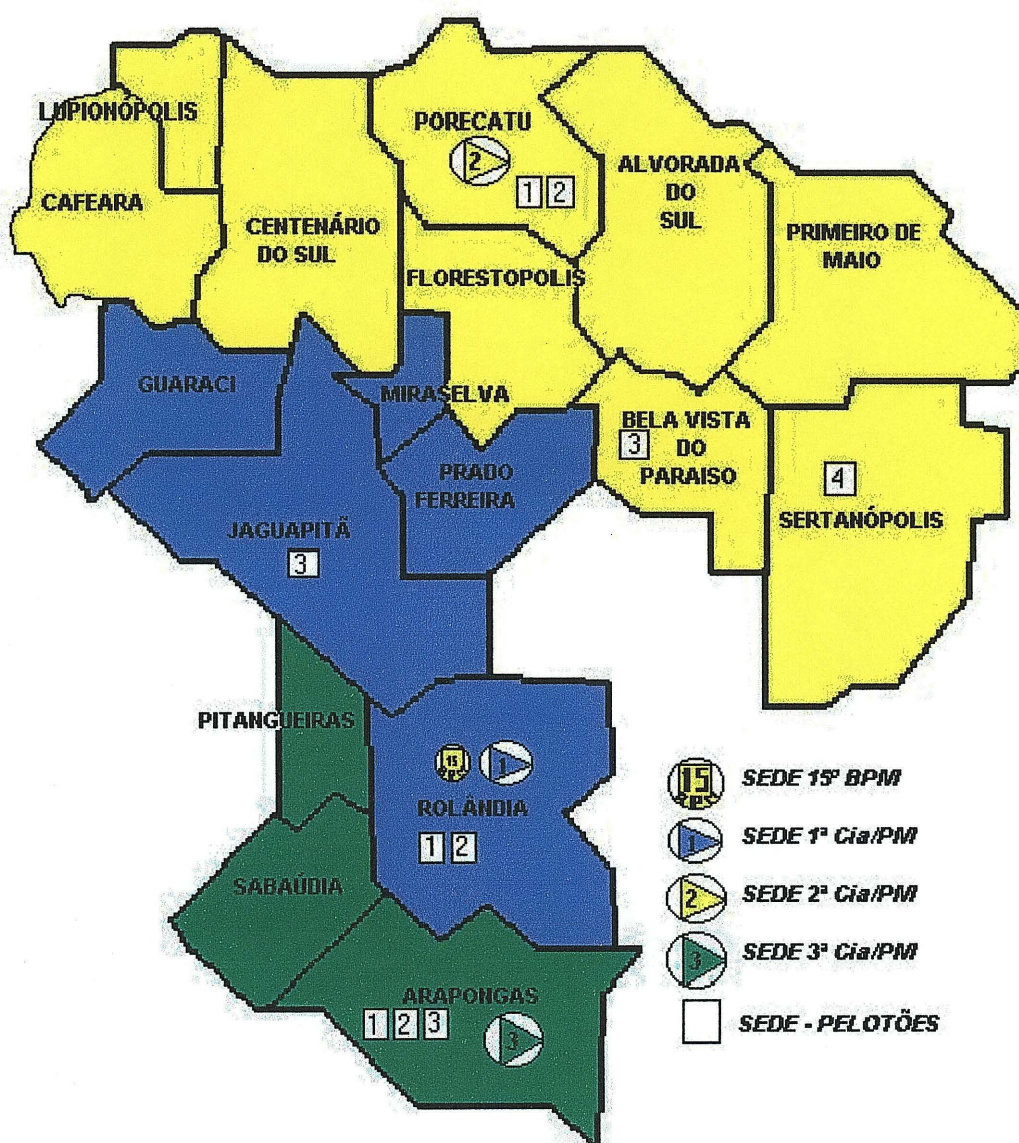


Figura 1 – ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO DO 15º BPM

Fonte: Seção de Planejamento do 15º Batalhão de Polícia Militar.

O 15º BPM está organizado conforme mostra o Quadro 2. Cabe considerar que neste Quadro não consta previsão no Quadro Organizacional (QO) da Unidade para o município de Prado Ferreira, que na criação da Organização Policial Militar (OPM) era Distrito de Miraselva, e o município de Pitangueiras, que era Distrito de Rolândia. Na mesma tabela, o município de Cafeara passou à subordinação da OPM em 2003, não constando previsão no QO da Unidade para o mesmo.

EFETIVO POR MUNICÍPIO	DISPONÍVEL	INDISPONÍVEL	EXISTENTE	PREVISTO	FALTA
ROLÂNDIA EM/PCS	26	-9	35	50	15
1ª Cia PM					
ROLÂNDIA	44	-6	50	51	1
GUARACI	4	0	4	5	1
JAGUAPITÃ	6	-4	10	25	15
MIRASELVA	4	-1	5	8	3
PRADO FERREIRA	4	-2	6		-6
Sub total	62	-13	75	89	14
2ª Cia PM					
PORECATU	10	-5	15	67	52
ALVORADA DO SUL	4	-3	7	17	10
BELA VISTA DO PARAISO	10	-1	11	27	16
CENTENÁRIO DO SUL	6	-2	8	17	9
FLORESTÓPOLIS	7	-2	9	12	3
LUPIONÓPOLIS	4	-1	5	5	0
PRIMEIRO DE MAIO	7	-3	10	24	14
SERTANÓPOLIS	9	-2	11	25	14
CAFEARA	2	-2	4		-4
Sub total	59	-21	80	194	114
3ª Cia PM					
ARAPONGAS	63	-12	75	110	35
SABAUDIA	3	-2	5	5	0
PITANGUEIRAS	4	0	4		-4
Sub total	70	-14	84	115	31
Total Geral	217	-57	274	448	174

QUADRO 2 – SITUAÇÃO DO EFETIVO DO 15º BPM

Fonte: Seção de Pessoal do 15º Batalhão de Polícia Militar. 19 set. 2007.

Para efeitos de cálculo, deve-se considerar também os indexadores apresentados no Quadro 3.

MUNICÍPIO	ÁREA Km ²	VEÍCULOS	ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS	POPULAÇÃO
ROLÂNDIA	467,31	21.133	5	55.271
JAGUAPITÁ	463,168	3.444	2	11.168
GUARACI	214,95	1.405	2	4.453
PRADO FERREIRA	149	701	1	3.108
MIRASELVA	140,567	524	1	1.848
PORECATU	301,446	4.445	2	14.979
SERTANÓPOLIS	318,655	6.297	3	15.780
PRIMEIRO DE MAIO	416,113	3.502	2	9.854
BELA VISTA DO PARAÍSO	214,342	5.316	3	14.981
ALVORADA DO SUL	427,504	2.453	2	8.934
FLORESTÓPOLIS	228,956	2.358	3	12.332
CENTENÁRIO DO SUL	400,711	2.823	1	10.005
PUPIONÓPOLIS	106,953	1.648	1	4.222
CAFEARA	203,211	627	1	2.549
ARAPONGAS	379,096	44.823	14	100.855
SABÁUDIA	185,28	1.883	2	5.502
PITANGUEIRAS	123,736	819	1	2.508
TOTAL	4740,998	104.201	46	278.349

QUADRO 3 – INDEXADORES PARA CÁLCULO DE EFETIVO.

Fontes: Prefeituras Municipais (jul/2007); Detran/Pr (jul/2007), Secretaria Estadual de Educação (jul/2007), IBGE (2006).

Com aplicação das fórmulas do Sistema Norte-Americano para cálculo de efetivo, há de se considerar que os municípios que abrangem a área circunscricional do 15º BPM estão isentos de fatores criminológicos, portanto aplica-se 1,2 policiais por mil habitantes. Logo, o Batalhão deveria ter o seguinte efetivo, conforme Quadro 4.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	EFETIVO NECESSÁRIO NO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO
ROLÂNDIA	55.271	66
JAGUAPITÁ	11.168	13
GUARACI	4.453	5
PRADO FERREIRA	3.108	4
MIRASELVA	1.848	2
PORECATU	14.979	18
SERTANÓPOLIS	15.780	19
PRIMEIRO DE MAIO	9.854	12
BELA VISTA DO PARAÍSO	14.981	18
ALVORADA DO SUL	8.934	11
FLORESTÓPOLIS	12.332	15
CENTENÁRIO DO SUL	10.005	12
PUPIÓNÓPOLIS	4.222	5
CAFEARA	2.549	3
ARAPONGAS	100.855	121
SABÁUDIA	5.502	7
PITANGUEIRAS	2.508	3
TOTAL	278.349	334

QUADRO 4 – EFETIVO 15º BPM – SISTEMA NORTE-AMERICANO.

Fonte: o autor.

Redimensionando os dados do Quadro 4 por Companhia, observa-se o Quadro 5:

COMPANHIA	EFETIVO NECESSÁRIO
1ª Cia (ROLÂNDIA)	90 PM
2ª Cia (PORECATU)	113 PM
3ª Cia (ARAPONGAS)	131 PM
TOTAL	334 PM

QUADRO 5 – EFETIVO 15º BPM POR CIA – SISTEMA NORTE-AMERICANO.

Fonte: o autor.

A este total deve-se acrescentar 20% de efetivo administrativo + férias, licenças, cursos e outros, resultando $334 \times 20\% = 67$ Policiais Militares.

Desta forma, o efetivo total pode ser obtido por: $334 + 67 = 401$ Policiais Militares

Calculando-se o efetivo pelo Sistema de Tipos de Policiamento, deve-se considerar como base a população de cada município, o número de veículos licenciados, o número de Escolas Estaduais e a extensão territorial de cada localidade. É bom lembrar que cada município com população até 15.000 habitantes deverá ter, no mínimo, uma Radiopatrulha, que os municípios que possuem até 4 escolas municipais deverão ter uma dupla de policiais para este tipo de policiamento, e que o efetivo e viaturas da Ronda Ostensiva Tático Motorizada (ROTAM) e da Patrulha Rural Comunitária serão definidos por Companhias. Ressalte-se ainda que, após o cálculo do Efetivo Total por Companhia, deve-se acrescentar 20% de efetivo referente ao Comando, Administração (Atividade Meio), Sala de Operações (Atividade Auxiliar de Linha), Proerd, Férias e outros afastamentos. Desse quantitativo, somados os efetivos das Companhias, aplica-se a fração de 10% que irá definir o efetivo do Estado Maior (EM) do Batalhão e Pelotão de Comando e Serviços (PCS). O Efetivo Geral do Batalhão será a soma dos efetivos das Companhias com o efetivo do EM e PCS.

Outrossim, o 15º BPM não conta com Penitenciária em sua área, portanto, não há policiamento de guarda, e o Projeto Povo não foi considerado para efeito de cálculo em razão de ser um tipo novo de policiamento ostensivo que depende de estudos pormenorizados para implantação em todos os municípios da área do Batalhão. Como este tipo de policiamento será implantado a longo prazo, somente no futuro será possível estudar a real necessidade dos municípios.

Pode-se observar no Quadro 6 detalhes do cálculo do efetivo pelo Sistema por "Tipo de Policiamento". Percebe-se que, segundo esse Sistema, o 15º BPM deveria possuir um efetivo Geral de 861 Policiais Militares, ou seja, 783 subordinados às Companhias, mais 78 PM pertencentes ao Estado Maior e Pelotão de Comando e Serviços.

Município	População	Ef. RP	Veículos licenciados	Ef. Trânsito	Rotam por Cia.	Ef. Rotam por Cia.	Esc. Estaduais	Ef. Escolar	Viaturas Patr. Rural por Cia.	Ef. Patr. Rural por Cia.	Ef. Total por Cia.	At. Aux. De Linha, Proerd Férias e outros 20%	Estado Maior PCS 10% do Ef. das Cia	Ef. Geral
Rolândia	55.271	32	21.133	42			5	4						
Jaguapitã	11.168	8	3.444	7			2	2						
Guaraci	4.453	8	1.405	3	2	32	2	2	2	32	194	233		
Prado Ferreira	3.108	8	701	1			1	2						
Miraselva	1.848	8	524	1			1	2						
Porecatu	14.979	8	4.445	9			2	2						
Sertanópolis	15.780	8	6.297	13			3	2						
Primeiro de Maio	9.854	8	3.502	7			2	2						
Bela Vista do Paraíso	14.981	8	5.316	11			3	2						
Alvorada do Sul	8.934	8	2.453	5	2	32	2	2	3	48	230	276	78	861
Florestópolis	12.332	8	2.358	5			3	2						
Centenário do Sul	10.005	8	2.823	6			1	2						
Lupionópolis	4.222	8	1.648	3			1	2						
Cafeara	2.549	8	627	1			1	2						
Arapongas	100.855	56	44.823	90			14	8						
Sabaúdia	5.502	8	1.883	4	2	32	2	2	1	16	228	274		
Pitangueiras	2.508	8	819	2			1	2						
TOTAL	278.349	208	104.201	210	6	96	46	42	6	96	652	783	78	

QUADRO 6 – EFETIVO 15º BPM – SISTEMA POR TIPO DE POLICIAMENTO

Fonte: o autor

2.5 ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA PELAS EQUIPES ROTAM NO 15º BPM – ROLÂNDIA PR

Na Polícia Militar do Paraná os dados de ocorrências são registrados na Base de Dados do Sistema de Geoprocessamento da Secretaria de Segurança Pública, através dos Boletins de Ocorrências Unificados (BOU).

A partir dessa Base de Dados é possível detectar a incidência dos crimes dentro de um contexto social, apontando tanto a localidade, rua, avenida, logradouro, etc, como horários em que os crimes acontecem, dias da semana,

meses, natureza ou tipificação penal, enfim, todos os dados necessários para operacionalização das atividades de polícia pró-ativa, além, é claro, do mapeamento do crime que permite atacar os pontos quentes, também denominados de polígonos vermelhos.

Assim, todos os registros das ocorrências das Unidades Operacionais do Estado fornecem subsídios macros à SESP para fiscalização e controle das atividades operacionais das polícias civil e militar.

A partir dos dados cadastrados pelo 15º Batalhão de Polícia Militar, tornou-se possível realizar um estudo comparativo entre as atividades de ROTAM e o serviço de radiopatrulhamento (RPA), que trouxeram informações relevantes para fundamentar o presente trabalho.

O Quadro 7, disposto logo abaixo, e Gráfico 1, na página seguinte, trazem no seu bojo um comparativo de abordagens a suspeitos realizados pela ROTAM e pela RPA nos meses de janeiro a maio de 2008, onde se verifica que o número de abordagens realizado pela ROTAM é bem superior ao da RPA.

COMPARATIVO de ABORDAGEM A SUSPEITO ROTAM/RPA

DESCRIÇÃO	JAN.	FEV.	MAR	ABR	MAI	TOTAL
ROTAM	846	623	741	512	562	3284
RPA	37	68	51	51	46	253

QUADRO 7 – NÚMERO DE ABORDAGENS A SUSPEITOS PELA ROTAM E RPA

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

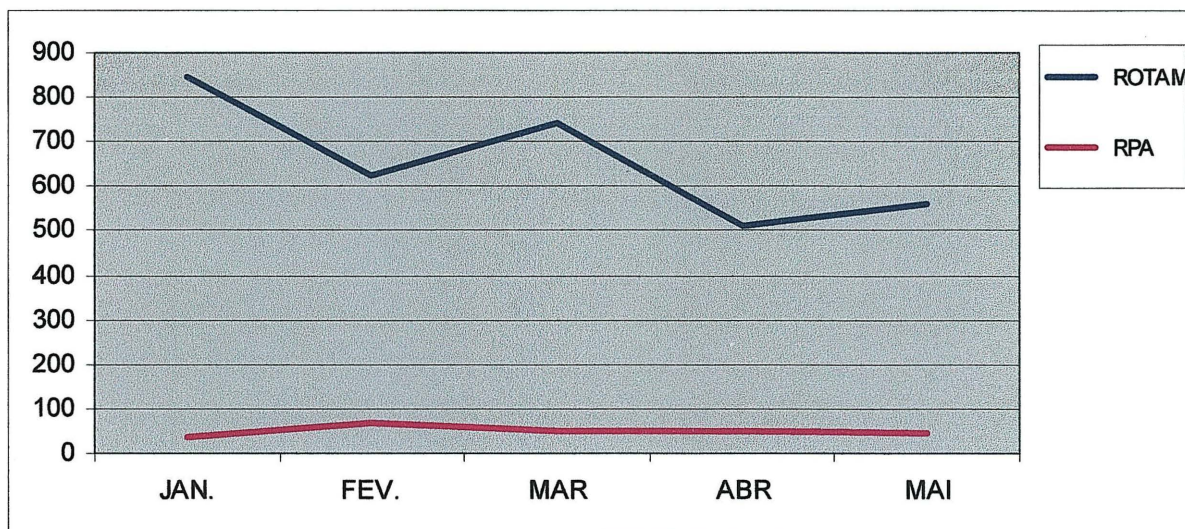


GRÁFICO 1 – ABORDAGENS A SUSPEITOS PELA ROTAM E RPA.

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

Desde já se pode verificar que a atuação das Rondas Tático Motorizadas, no que se refere ao índice de abordagens, evidencia uma ação mais preventiva que a tropa de rádio-patrolha, pois o ato de abordar desestimula a prática dos delitos, não só pela própria presença, como pela dissuasão, e esta é uma das principais missões constitucionais da Polícia Militar.

Em relação ao índice de ocorrências atendidas a situação se inverte, como se observa no Quadro 8, onde estão elencadas algumas das incidências que, por suas naturezas, causam sensação de insegurança às pessoas pertencentes aos municípios da área circunscricional do 15º BPM.

DESCRIÇÃO	ROTAM	RPA
ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS	7	37
AMEACA	3	434
CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL - SEM ILICITUDE	4	70
DANO	6	49
DESACATO	2	45
DESOBEDIENCIA	6	31
DIRECAO PERIGOSA DE VEICULO OU EMBARCACAO	4	32
DIRECAO SEM HABILITACAO VEICULO OU EMBARCACAO	4	20
DIRIGIR VEICULO SEM CNH	13	121
DISPARO DE ARMA DE FOGO	2	53
DROGAS PARA O CONSUMO PESSOAL	8	22
ESTELIONATO	1	28
FURTO QUALIFICADO	5	741
FURTO SIMPLES	6	332
JOGO DE AZAR	2	12
LESAO CORPORAL	3	313
LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR	1	50
PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - USO PERMITIDO	5	35
RECEPTACAO	1	23
ROUBO	9	321
TOTAL DE OCORRENCIAS	92	2769

QUADRO 8 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA ROTAM E RPA.

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

O Gráfico 2 mostra a demanda reprimida de atendimento de ocorrências no município de Rolândia e, como visto anteriormente, constatou-se que a repressão imediata é atendida praticamente pelo policiamento de rádiopatrulhamento.

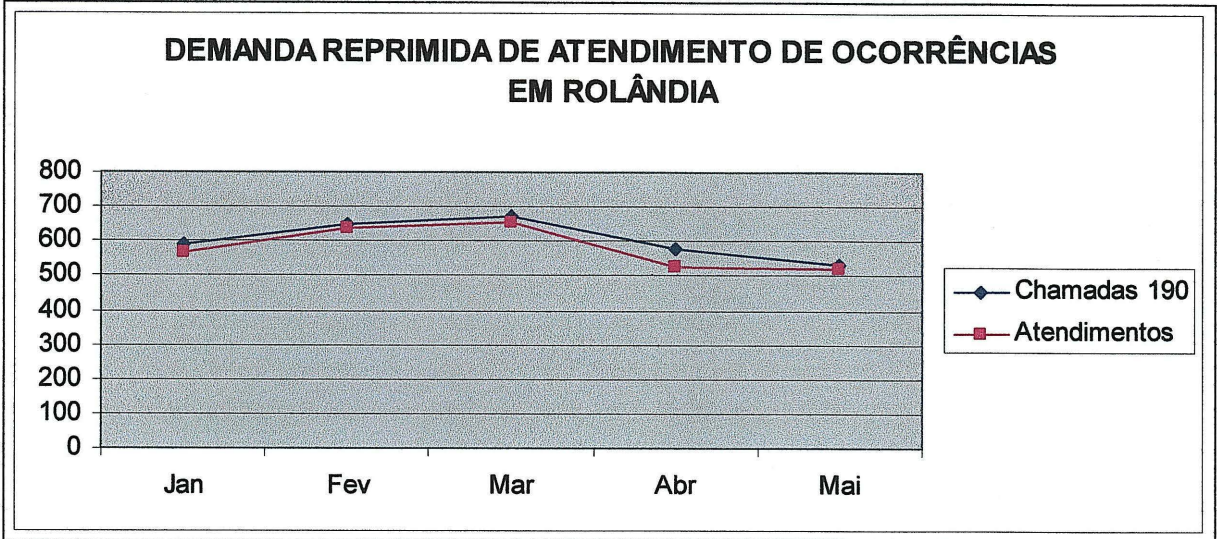


GRÁFICO 2 – DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

O Gráfico 3 demonstra o panorama da cidade de Arapongas, a mais populosa da área circunscricional do 15º Batalhão, com 100.855 habitantes, segundo o IBGE (2006), e, assim como em Rolândia, a demanda reprimida de atendimento de ocorrências é baixa em relação às chamadas ocorridas no telefone de emergência (190).

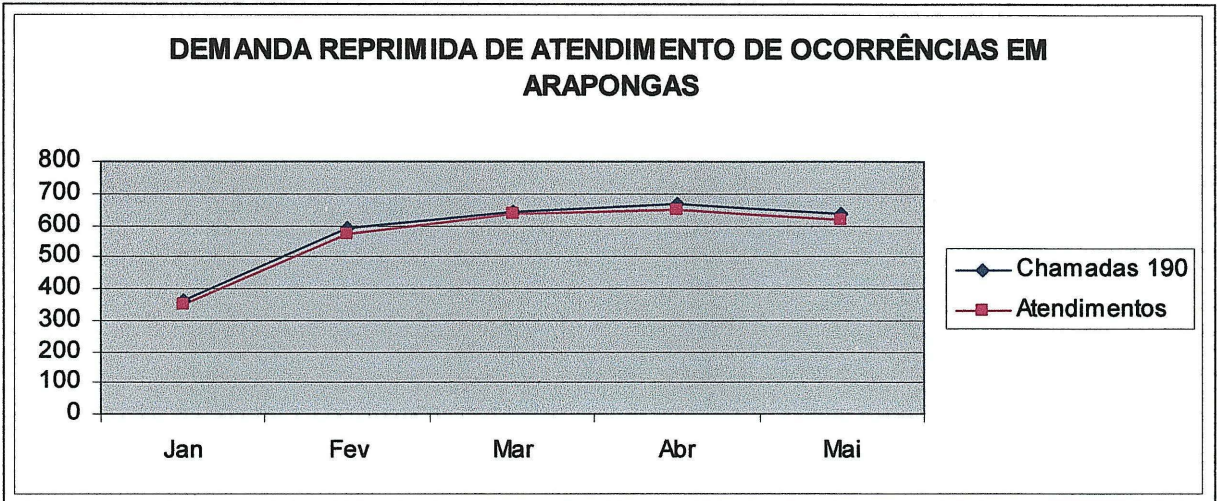


GRÁFICO 3 – DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS.

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

O Gráfico 4 mostra o comparativo de ocorrências atendidas nos meses de janeiro a maio de 2008 nos municípios de Rolândia e Arapongas, com a constatação de acentuado crescimento das ocorrências em Rolândia, que, mesmo sendo a cidade sede do 15º Batalhão, sofreu o impacto da ausência do trabalho da ROTAM no período considerado, haja vista que, por contingências políticas, foram empregadas em Arapongas.

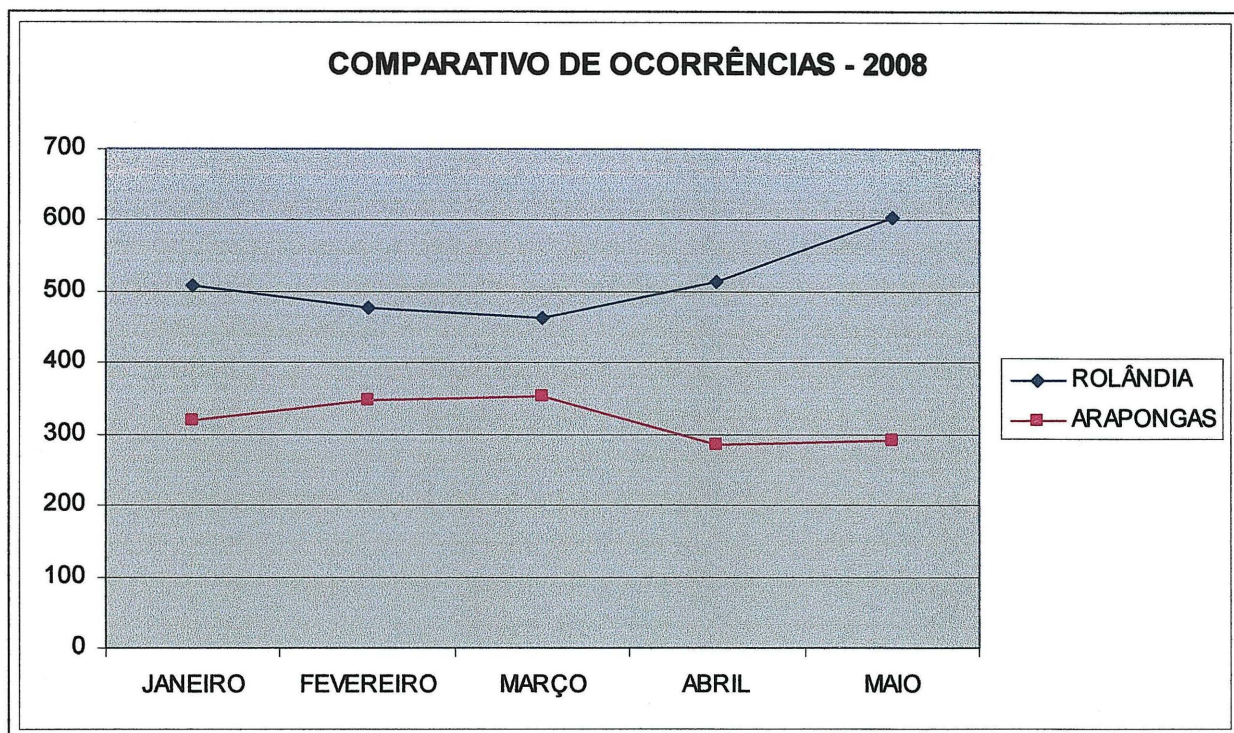


GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DE ROLÂNDIA E ARAPONGAS DE JANEIRO A MAIO DE 2008.

Fonte: Seção de Planejamento do 15º BPM.

3 METODOLOGIA

Nesta seção é indicada a caracterização da pesquisa, a coleta de dados por meio da junção das informações necessárias ao desenvolvimento do raciocínio previsto no objetivo, e a sistematização e análise da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi caracterizada como bibliográfica e documental.

Bibliográfica por ter trazido no seu bojo a coleta de dados concernentes à criminalidade no Brasil, a doutrina de emprego da Polícia Militar do Paraná e a ROTAM, dentro desse contexto, os critérios para seleção, treinamento e fixação de efetivo das ROTAM.

Como já citado, também foi caracterizada como documental em face da pesquisa explorar bases de dados já existentes na seção de planejamento do 15º BPM, alicerçados no Sistema de Geoprocessamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, referentes às atividades desempenhadas pela ROTAM na área da Unidade Operacional, comparativamente com as atividades da tropa regular, com estatísticas de efetividade destas frações.

3.2 COLETA DE DADOS

Como já foi citado na caracterização, os dados bibliográficos foram coletados a partir de um universo de estudos e manuais técnicos que tratam das tropas denominadas ROTAM, ou tropas de “repressão qualificada”, e relacionados com a pesquisa.

A respeito do assunto ROTAM, não existe ainda um estudo científico que compile todas as informações necessárias, limitando-se apenas a citações em alguns manuais, livros e artigos que servem como supedâneo para embasar esta pesquisa.

Os dados documentais foram extraídos da Seção de Planejamento do 15º BPM e referem-se às estatísticas do comparativo resultante do cruzamento de

informações das atividades desempenhadas de janeiro a maio de 2008, tanto das ROTAM como das tropas regulares, visando mostrar a Ronda Ostensiva Tático Motorizada como tropa diferenciada e essencial à segurança pública e não apenas uma tropa de apoio das frações regulares, mas também, imprescindíveis como guardiã da sociedade no enfrentamento ao crime organizado e às ocorrências vultosas que exigem maior condição técnica e melhor qualificação para fazer frente à criminalidade. A partir do cruzamento dessas informações, pretendeu-se verificar qual a relevância das ROTAM no contexto da Segurança Pública na área da Unidade Operacional.

3.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Neste item, após a coleta da pesquisa bibliográfica e documental, tais dados foram organizados e analisados de maneira a responder o questionamento, objeto do presente trabalho de conclusão do curso, referente ao papel e relevância da ROTAM no 15º Batalhão de Polícia Militar para o cumprimento da missão da Polícia Militar do Paraná.

Assim, toda coleta bibliográfica com abordagem sobre a segurança pública, o aumento da criminalidade com ênfase às cidades de menor porte, como é o caso dos municípios circunscritos na área do 15º BPM, a doutrina de emprego da PMPR e seu desdobramento no terreno, com as peculiaridades sobre a função e atribuições de cada componente ROTAM, o papel desta tropa no gerenciamento de crises, os critérios para seleção, treinamento, a fixação de efetivo de acordo com as necessidades populacionais da área de abrangência, organizados dessa forma dão subsídios para análise do papel desempenhado por uma tropa ROTAM no contexto da Unidade Operacional do 15º BPM, elencando o perfil do policial para participar desse tipo de policiamento, não só o ergométrico, como também, o psicológico, o físico, o técnico e o tático para o desempenho da missão policial militar.

Também, dentro do contexto bibliográfico, analisou-se o papel desse efetivo no gerenciamento de crises com reféns e vítimas, e qual o treinamento necessário para o enfrentamento de tais situações que fogem à rotina normal, ou seja, das ocorrências de caráter rotineiro.

Outro aspecto importante avaliado é a fixação de efetivo. Por intermédio dos parâmetros do artigo publicado por Carstens (2007), que trata da proposta metodológica para fixação de efetivo, avalia-se a real necessidade de recursos humanos da ROTAM para a área do 15º BPM em face da necessidade operacional, formando-se um juízo de valor no tocante a atual conjuntura de atendimento de ocorrências e enfrentamento da criminalidade frente à demanda existente.

Já a pesquisa documental foi organizada de acordo com a estatística presente na Seção de Planejamento do 15º BPM, fornecendo subsídios numéricos das operações e abordagens realizadas pelas equipes ROTAM, comparativamente com a tropa regular, com cruzamento de informações da atuação destas tropas nos meses de janeiro a maio de 2008, a fim de que se possa analisar e discernir qual a relevância da ROTAM do 15º BPM dentro deste contexto, e quais prejuízos sua ausência traria para a Unidade Operacional e para a sociedade como um todo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para se entender o papel e relevância da ROTAM no contexto do 15º Batalhão de Polícia Militar, como um tipo de policiamento importante e até essencial na manutenção da ordem pública e da segurança da sociedade, tornou-se necessário, primeiramente, realizar uma abordagem dos fatores sociais relacionados à criminalidade e violência, haja vista que tais aspectos, na sua voragem, atingem a todos indiscriminadamente.

Dentre estes fatores sociais e criminológicos, pode-se destacar o crescimento populacional acelerado, a má distribuição geográfica, a distribuição inadequada de renda, a falta de planejamento familiar, as favelas e conglomerados, o problema do menor, a proliferação de entorpecentes, a carência de educação, a facilidade do cidadão em se armar, o desemprego, a miséria e sua exploração política, a impunidade, o colapso do Sistema de Defesa Social, dentre outros, que incidem diretamente na insegurança da sociedade brasileira.

No Brasil, a imprensa em geral tem reiteradas vezes divulgado matérias referentes aos problemas sociais e, em específico, aqueles que influenciam diretamente nas causas da criminalidade e insegurança da sociedade. Na realidade a insegurança é vista como o mais temido câncer social, cujo diagnóstico evidencia que o problema tem se enraizado cada vez mais nos diversos rincões do país.

A revista *Veja* constantemente tem explorado o assunto por meio de artigos com estatísticas que retratam essa realidade. Referindo-se ao problema da impunidade e ao Sistema Penal Brasileiro, Aith (2007) afirma que “a finalidade da pena não é outra senão a de impedir que os bandidos cometam novos danos aos cidadãos”. Trouxe ainda, dados relevantes e preocupantes em relação à justiça criminal brasileira, ao citar que, de acordo com as pesquisas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, 73% das vítimas de roubo e 70,8% das de furto em MG não acionam a polícia, e que, em São Paulo estes índices são de 55% e 72% respectivamente. Esta estatística mostra um descrédito da sociedade no Sistema de Defesa Social, compreendendo neste sistema tanto o ciclo de polícia (prevenção e repressão imediata de competência da Polícia Militar e repressão mediata, de competência da Polícia Civil), quanto o ciclo da persecução criminal com a fase investigatória (de

competência da Polícia Civil), fase processual (com a participação do Ministério Público, Defesa e Juiz), e a fase da pena (Sistema Prisional).

Resgatar esta credibilidade é tarefa árdua e difícil, pois depende de toda uma conjuntura social e política. Mister se faz atacar as causas da insegurança com políticas públicas eficazes que tentem minimizar os problemas e desigualdades sociais. Atualmente, dentro deste enfoque, as polícias militares e demais órgãos do Sistema de Defesa Social têm combatido os efeitos da insegurança e arcado com todo o fardo da omissão do Estado, que vive acenando com soluções ilusórias.

Para combater ou atuar sobre os efeitos da insegurança e realizar a manutenção da ordem pública, a doutrina de emprego policial militar considera que as Unidades Operacionais devem manter uma força de manobra tático-móvel (ROTAM), que na realidade é de subordinação e emprego do Comandante do Batalhão da área. Segundo a doutrina, essa força terá formação de um pelotão, comandado por um oficial subalterno e manobrado no recobrimento de vulnerabilidades da malha da área.

As guarnições de uma ROTAM são compostas por quatro policiais militares, em que o comandante da equipe é um Sargento ou Subtenente, o motorista da viatura é um Cabo ou Soldado, o terceiro homem é o que realiza a segurança, podendo ser um Cabo ou Soldado, e o quarto policial é o segurança-anotador.

Numa situação de Gerenciamento de Crise com refém ou vítima, a ação do Grupo Tático é preponderante, não se admitindo soluções inaceitáveis na resolução de uma crise, visto que a atuação de tropa despreparada, como acontecia na década de 1970, pode provocar um resultado trágico.

O sucesso da atuação das polícias, nas missões de gerenciamento de crises, está vinculado ao correto emprego de equipamentos e armamentos, técnicas e táticas de uma tropa especializada.

Como tropa especializada, torna-se necessário que seus componentes sejam escolhidos por um rígido critério de seleção, em que são avaliados o condicionamento mental, técnico, tático e físico. O primeiro requisito de um componente da ROTAM é o voluntariado, pois estes policiais enfrentam as mais difíceis tarefas e, a qualquer hora do dia ou da noite, podem ser acionados para atendimento de ocorrências de natureza vultosa, deixando até mesmo seus familiares em segundo plano. Com relação ao condicionamento mental, requer-se

uma maleabilidade emocional, tolerância e sabedoria para ser um homem paciente e sensato.

O condicionamento técnico e tático dos componentes da ROTAM é alcançado através de uma rotina de treinamento em que se prioriza o aperfeiçoamento da destreza operacional na execução das diversas missões. Desta forma, o treinamento intensivo, mais específico e descomplicado, será o diferencial na formação de um policial componente da ROTAM.

Os condicionamentos técnico e tático são as virtudes necessárias e indispensáveis para compor uma equipe ROTAM, virtudes sem as quais o policial estará arriscando sua própria vida e a de terceiros envolvidos em situações de risco.

Com relação ao condicionamento físico, exige-se um preparo acima da média normal para os policiais que integram as equipes ROTAM, no entanto, é inconcebível, mesmo aos policiais de tropas regulares, o despreparo físico para enfrentar as missões e atividades de polícia.

Atualmente a ROTAM do 15º BPM tem em seu efetivo um Oficial comandante e dezessete policiais, sendo dois sargentos, três cabos e onze soldados. Destes dezessete policiais militares, três estão indisponíveis (dois em férias e um no curso de sargentos). Do parque motorizado, seis viaturas em estado regular estão disponibilizadas para a ROTAM realizar o policiamento da área da Organização Policial Militar (OPM). Estes policiais são divididos em quatro equipes que atuam na área do Batalhão compreendendo dezessete municípios, sendo que uma equipe é composta por quatro policiais e três equipes por três policiais.

Este contingente está aquém do necessário para a formação de um pelotão policial militar, mais especificamente de um pelotão de Controle de Distúrbios Civis que, no caso, se aplica à ROTAM, constituído por 26 (vinte e seis) policiais militares, incluso aí o Oficial comandante. As equipes também atuam incompletas com apenas três componentes, pois a doutrina disciplinou uma composição de três policiais e um comandante, sargento ou subtenente. Como a ROTAM do 15º BPM apresenta em seu efetivo apenas dois sargentos, duas outras equipes são comandadas por cabos, fugindo do preconizado pela doutrina.

Com relação ao treinamento e adestramento da tropa ROTAM do 15º BPM, em razão da falta de recursos materiais e em face da sobrecarga de serviços ocasionados pela carência de recursos humanos, haja vista que o Quadro Organizacional do Batalhão necessita ser recompletado, tem sido sensivelmente

prejudicado, principalmente pela indisponibilidade de tempo aliado aos fatores acima expostos.

Assim, é de se considerar que atualmente a ROTAM do 15º BPM não reúne as condições necessárias para atuação eficiente nas situações de crise com reféns ou vítimas, pois, além de não dispor dos equipamentos e armamentos adequados, necessita de intensivo treinamento das técnicas e táticas para atuação neste tipo de evento crítico.

Ainda, no tocante a instrução específica de ROTAM, não há uma padronização extensiva a todas as Unidades Operacionais, sendo necessário que, num trabalho futuro, se faça todo um planejamento programático para disciplinar e padronizar as instruções desta tropa.

Também em relação ao efetivo policial militar e suas implicações para ROTAM, vale ressaltar que o 15º Batalhão apresenta em seu Quadro Organizacional previsão de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) policiais militares, no entanto, atualmente, como se verifica no Quadro 2 (p. 38), conta com o efetivo existente de 274 (duzentos e setenta e quatro) PM, dos quais 57 (cinquenta e sete) estão indisponíveis para o serviço, sobrando apenas 217 (duzentos e dezessete) PM. Neste contingente já está incluso o Estado Maior, o Pelotão de Comando e Serviços, os policiais das atividades de linha e auxiliares de linha, enfim, todo o efetivo que participa do policiamento dos dezessete municípios da área do Batalhão. Esta demanda de efetivo, além de dificultar a atuação na área da OPM, que apresenta uma extensão territorial de 4.740,994 Km², tem provocado diversas doenças nos componentes da tropa, com variadas patologias, em face da maximização do emprego dos policiais para atender ao clamor público por segurança. Assim, as tropas ROTAM vêm sendo cada vez mais exigidas pelo público externo e interno no recobrimento das vulnerabilidades da malha da área do Batalhão.

Como já foi visto, seu efetivo de dezessete policiais militares está aquém da formação de um pelotão de Controle de Distúrbios civis que é de 26 PM, porém, segundo o estudo realizado por Carstens (2007), através de parâmetros doutrinários de cálculo de efetivo por Tipos de Policiamento citados por Aymoré (1978), para cada 03 (três) viaturas de radiopatrulhamento, deve-se ter uma viatura ROTAM com equipe de quatro policiais que trabalhe ininterruptamente, ou seja, para cada viatura considera-se um efetivo formado por 04 (quatro) sargentos ou sub-tenentes mais 12 (doze) policiais, cabos ou soldados. O resultado daquele artigo mostrou que o

15ºBPM, composto por três Companhias operacionais, deve ter seis ROTAM, ou seja, duas ROTAM por Companhia, com um efetivo de 96 (noventa e seis) policiais militares, como se verifica no Quadro 6 (p. 42), acrescendo a este efetivo mais 20% (vinte por cento) referentes às indisponibilidades.

Com relação à pesquisa documental do presente trabalho, os dados foram extraídos da Seção de Planejamento do 15º BPM e trouxeram informações relevantes para embasar o cumprimento da proposta metodológica de sistematização e análise.

Deste contexto foi extraída a resposta ao segundo quesito do objetivo principal do trabalho, que é a relevância da ROTAM no cumprimento da missão.

Pelos dados constantes do Quadro 7 (p. 43) e Gráfico 1 (p. 44), verificou-se que a atuação da ROTAM nos meses de janeiro a maio de 2008, pelo número elevado de abordagens, pela presença e dissuasão, é uma tropa que cumpre uma das missões constitucionais fundamentais da Polícia Militar, que é a prevenção, pois a abordagem desestimula a prática delitual, tira de circulação ou desarma marginais, dentre outras ações preventivas.

Já, a tropa regular de RPA realiza poucas abordagens, e isto se justifica quando se observa o Quadro 8 (p. 45), onde se verifica que o número de atendimentos de ocorrências realizado pela RPA é bastante superior ao das equipes ROTAM, ou seja, foram 2769 (duas mil setecentos e sessenta e nove) ocorrências atendidas de janeiro a maio de 2008 contra 92 (noventa e duas) da ROTAM. Na realidade as equipes RPA, em face do número de ocorrências atendidas e do tempo necessário para resolução destas ocorrências, deixam de cumprir a parte de prevenção, ficando praticamente restritos à repressão imediata, após a ruptura ou quebra da ordem pública.

Tomando-se por base o Gráfico 2 (p. 46) e o Gráfico 3 (p. 46), que mostram a estatística da demanda reprimida de atendimento de ocorrências, respectivamente nos municípios de maior população da área, Rolândia (sede do Batalhão e da 1ª Companhia com 55.271 habitantes) e Arapongas (sede da 3ª Companhia com 100.855 habitantes), verifica-se que a atuação da RPA, em que pese estar realizando o trabalho preventivo de maneira precária, tem expressiva atuação na repressão imediata, visto que a demanda reprimida nestas duas cidades é pequena em relação às chamadas telefônicas via 190.

O Gráfico 4 (p. 47) mostra o comparativo do índice de ocorrência destes dois municípios com maior incidência em Rolândia, e tal realidade se justifica em razão de ações políticas por parte dos administradores e deputado estadual de Arapongas, com pleitos constantes junto ao Governo do Estado e Secretaria de Segurança Pública, que determinam atuação maciça de ROTAM naquela localidade, desguarnecendo outras áreas prioritárias do Batalhão. Daí se infere que o elevado índice de ocorrências em Rolândia nos meses de janeiro a maio de 2008 ocorreu principalmente por fatores políticos que se sobrepõem, até mesmo, a autoridade do comandante de Batalhão, tirando-lhe toda autonomia administrativa em operacionalizar os recursos existentes.

Reportando à questão da relevância da ROTAM no contexto do 15º Batalhão de Polícia Militar, ficou evidenciado o caráter preventivo no cumprimento da missão atribuída à Polícia Militar pela Constituição Federal de 1988, portanto, cabe aqui a seguinte reflexão:

“A ROTAM é realmente uma tropa de ‘repressão qualificada’, termo usado para conceituá-la na Diretriz 006/2004-PM/3?”

Pelo resultado do estudo realizado com a participação da ROTAM no contexto do 15º Batalhão de Polícia Militar, evidenciou-se que sua atuação é mais acentuada no plano preventivo do que repressivo, portanto, mesmo desconhecendo a realidade das ROTAM de outras Unidades Operacionais, a Polícia Militar do Paraná deve, por intermédio do Comando, determinar um estudo macro do emprego da denominação para verificar se o termo “prevenção qualificada” se adéqua melhor, como ocorre no 15º Batalhão, para identificação da relevância da ROTAM.

5 PROPOSTA

Como ficou evidente na análise e discussão dos resultados do presente trabalho, a ROTAM tem um papel e relevância significativa para apoiar as ações e cumprir as missões constitucionais no contexto do 15º Batalhão de Polícia Militar.

A partir da avaliação destes resultados, e como as alterações necessárias implicam em atos da competência do Governo do Estado e Comando Geral da Corporação, propõe-se:

- a) a realização de estudos em outras Unidades Operacionais para mudança da identificação da relevância das tropas ROTAM, de “repressão qualificada” para “prevenção qualificada”, sua principal característica;
- b) que o efetivo das ROTAM do 15º Batalhão (e demais Batalhões, após estudos), seja ampliado para 96 policiais militares mais 20% de indisponibilidades, transformando-se em Companhia ROTAM, para que esta atividade funcione ininterruptamente nas três Companhias da Organização Policial Militar;
- c) que a Polícia Militar do Paraná discipline um plano de instrução específico para as ROTAM do Estado, a fim de padronizar as ações e melhor qualificar os integrantes desta tropa, com a cultura necessária para o desempenho do seu papel;
- d) que haja também, uma padronização e aquisição de equipamentos, armamentos, viaturas e demais recursos necessários à salvaguarda dos seus componentes e da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi o de avaliar e estabelecer o papel e a relevância das ROTAM na capacidade de resposta e, conseqüentemente, na segurança concreta e subjetiva propiciada pelo 15º Batalhão de Polícia Militar à sociedade circunscrita em sua área de atuação.

A pesquisa foi caracterizada como bibliográfica por ter trazido no seu bojo a coleta de dados concernentes à criminalidade no Brasil, a doutrina de emprego da Polícia Militar do Paraná e, dentro deste contexto, os critérios para seleção, treinamento e fixação de efetivo das ROTAM. Foi também caracterizada como documental por explorar bases de dados já existentes na seção de planejamento do 15º BPM, alicerçados no Sistema de Geoprocessamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, referentes às atividades desempenhadas pela ROTAM na área da Unidade Operacional, comparativamente com as atividades da tropa regular, com estatísticas de efetividade destas frações.

A ROTAM é denominada de “repressão qualificada” de acordo com a Diretriz Nº 006/2004-PM/3, porém, conforme mostrou a pesquisa, no 15º BPM a principal característica de atuação desta tropa é, sem dúvida, a prevenção.

O efetivo do 15º BPM está incompleto, de acordo com o previsto no Quadro Organizacional, e o efetivo da ROTAM necessita ser ampliado para atender, de forma ininterrupta, todos os 17 municípios da área circunscricional desta Unidade Operacional.

As instruções da ROTAM não seguem um planejamento adequado, devendo ser padronizadas de forma específica, bem como, os equipamentos, armamentos, viaturas e outros recursos necessários.

Portanto, com base no resultado da presente pesquisa, e se houver interesse do Governo do Estado e do Comandante Geral da Corporação na implantação e implementação de uma política pública compromissada com a segurança na área do 15º BPM, propõe-se:

- a) a realização de estudos em outras Unidades Operacionais para mudança da identificação da relevância das tropas ROTAM, de “repressão qualificada” para “prevenção qualificada”, sua principal característica;

- b) que o efetivo das ROTAM do 15º Batalhão (e demais Batalhões, após estudos) seja ampliado para 96 policiais militares mais 20% de indisponibilidades, transformando-se em Companhia ROTAM, para que esta atividade funcione ininterruptamente nas três Companhias desta Organização Policial Militar;
- c) que a Polícia Militar do Paraná discipline um plano de instrução específico para as ROTAM do Estado, a fim de padronizar as ações e melhor qualificar os integrantes desta tropa, com a cultura necessária para o desempenho do seu papel;
- d) que haja também uma padronização e aquisição de equipamentos, armamentos, viaturas e demais recursos necessários à salvaguarda dos seus componentes e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AITH, Marcio. O Brasil que não pune. **Revista Veja**. São Paulo: n 1, 2007.
- AYMORE, Carlos Octávio Valente. **A Doutrina de Emprego da Polícia Militar e os Aspectos Conjunturais**. São Paulo: CSP/PMSP, 1978.
- CARSTENS, Paulo Sergio Larson. **Efetivo Policial Militar: Paradigmas e Proposta Metodológica Para Cálculo de Necessidades**. Artigo publicado pela Escola de Governo do Paraná, 2007.
- CATHALA, Fernand. **Polícia, Mito e Realidade**. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- CONFORTO, Luiz Antonio. **Administração de Polícia Ostensiva**. Curitiba: [s.n.], 1998. Apostila.
- INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES – IGPM. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. 1ª. ed. Brasília, DF: [s.n.], 1988.
- LONSDALE, Mark V. **CQB- A Guide to Unarmed Combat and Close Quarter Shooting**. Los Angeles-USA: STTU Training division, 1997.
- MACIEL N F. Violência contra o Brasil. **Revista Tecnologia e Treinamento**. Disponível em <http://www.tecnologiaetreinamento.com.br/sessao.php?go=editorial&r=36>>. Acesso em: 19 outubro 2007.
- MANOEL, Élio de Oliveira. **Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Optagraf, 2004.
- PARANÁ. Polícia Militar. Ronda Tático Motorizada (ROTAM). **Patrulhamento Ostensivo Repressivo Qualificado**. DIRETRIZ PM/3 N.º 006/2004.
- SALIGNAC, Angelo Oliveira. **Negociação em Crises**. Brasília,DF: [s.n.], 2006. Apostila.
- SÃO PAULO. Polícia Militar. (M-8-PM). **Manual de Controle de Distúrbios Civis**. PMESP, [s.n.], 1998.
- SÃO PAULO. Polícia Militar. (M-14-PM). **Manual Básico de Policiamento**. PMESP. [s.n., ca. 1998].
- SUAREZ, Gabriel. **The Tactical Shotgun: The Best Techniques for Employing the Shotgun in Personal Combat**. Colorado-USA: Paladin Press, 1996.
- TEIXEIRA, Hudson Leôncio. **Normas Gerais de Ação RONE**. Curitiba: [s.n.], 1997. Apostila

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 1^a. ed. Curitiba: Optagraf, 1999.